

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	13
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	37
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	49
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	51
10.5 - Políticas contábeis críticas	53
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	59

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gestão de Riscos e Auditoria Interna, a qual foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020 ("Política de Gestão de Riscos").

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: ri.iguasaneamento.com.br.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O objetivo da nossa Política de Gestão de Riscos é entender, avaliar e definir ações de resposta para que eventuais perdas sejam previstas e reduzidas, visando manter os riscos em níveis aceitáveis. A análise de riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos nossos diversos níveis de gestão.

Além disso, referida Política tem como objetivo definir as principais etapas dos trabalhos da área de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Classificação das Conclusões de Relatórios.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- Estratégico: são os riscos associados à tomada de decisão da Administração e que podem gerar perda substancial no nosso valor econômico. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou capital em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas e mudanças em nosso ambiente de negócio;
- Financeiro: risco de perda de recursos financeiros, relacionados às exposições cambiais, taxas de juros e flutuações de preços (ex.: falta de processos adequados de aprovação, falta de reconciliação de transações, operações em moeda estrangeira, preços de commodities, redução da margem de contribuição, acessos indevidos a transações de sistemas, etc.);
- Operacionais: são os riscos relacionados a nossa infraestrutura (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente de nossos recursos; e
- Regulatório/Legal: são os riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao nosso setor de atuação, bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal).

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Buscamos mitigar nossos riscos por meio de um processo estruturado no que compete: (i) à identificação dos riscos; (ii) à análise dos riscos; (iii) à avaliação dos riscos; (iv) ao tratamento dos riscos; e (v) ao monitoramento dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Departamento de Gestão de Riscos, *Compliance* e Controles Internos (“GRC”) e o Departamento de Auditoria Interna são os principais responsáveis pela identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados.

Dentre os principais instrumentos que utilizamos na gestão de nossos riscos, podemos apontar:

- Estratégico: (i) monitoramento e controle de gastos; (ii) auxílio na elaboração de contingências; e (iii) mapeamento e melhoria de processos.
- Financeiro: utilizamos a metodologia “*what if*”, como boa prática de gestão, o que consiste em identificar e tratar os riscos financeiros por meio de mapeamento e indagação aos responsáveis pelo processo. Por exemplo, é necessário analisar o processo com este ponto de vista: “E se o cliente não pagar? E se o fornecedor não oferecer uma condição mais flexível de pagamento? E se o empréstimo bancário for pago com atraso?”. Desta forma, é possível analisar com cautela quais as medidas que serão necessárias e o prazo para tratamento dos riscos.
- Operacionais: entendemos que a adequada gestão do risco operacional está diretamente relacionada com o comprometimento de todos os colaboradores e, nesse sentido, investimos constantemente na disseminação da cultura de risco operacional. Além de um alto padrão ético na condução dos negócios em todos os níveis da organização, buscamos incutir entre nossos colaboradores uma consciência preventiva, mitigando a exposição da empresa aos riscos operacionais.
- Regulatório/Legal: identificamos os pontos críticos da nossa atividade que devem ser tratados com prioridade, fornecendo subsídio para que sempre esteja em conformidade com a disposição das normas, evitando, assim, possíveis prejuízos pelo não cumprimento das mesmas.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A análise dos riscos consiste na verificação das causas e consequências dos riscos, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências.

A classificação final dos riscos deve ser levada em consideração para tratamento do mesmo, adotando as seguintes ações perante ao risco:

- Evitar: elimina o fato gerador do risco. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de negócios, unidade ou operação, ou processos.
- Mitigar: ações deverão ser tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos.
- Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, entre outros.
- Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Riscos cujo impacto seja menor que o custo/benefício do seu gerenciamento podem ser mantidos, desde que conhecidos e aceitos pela nossa Administração formalmente. No entanto, o monitoramento deve ser contínuo.

O monitoramento dos riscos deverá ser feito de forma contínua e independente pelo GRC, com objetivo de assegurar a eficácia e adequação dos controles internos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O GRC comunicará, de forma clara e objetiva, a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, de forma a contribuir para o entendimento da situação atual e da eficácia dos planos de ação.

Utilizando como base a priorização de riscos e foco em áreas de maior relevância, os trabalhos são realizados conforme o Plano Anual de Auditoria, aprovado no início de cada exercício pelo Comitê de Auditoria. Os trabalhos de auditoria não são limitados apenas ao Plano Anual. Projetos podem ser iniciados após alinhamento formal com as áreas envolvidas, sempre que identificadas necessidades específicas.

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

O GRC, em conjunto com o Departamento de Auditoria Interna, é responsável por:

- (a) realizar o planejamento anual de Gestão de Riscos e Auditoria, diagnosticando os riscos em cada unidade de negócio, bem como as ações existentes para redução, recomendando ações corretivas sempre que necessário;
- (b) reportar ao Comitê de Auditoria e Presidente do Conselho de Administração, os riscos mais relevantes e as suas respectivas propostas de mitigação através de controles internos;
- (c) desenvolver e classificar os relatórios de mapeamentos de riscos e *drafts* de resultado de auditoria, de acordo com os níveis definidos na Política de Gestão de Riscos;
- (d) apoiar os gestores na definição de planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação dos planos de ação; e
- (e) liderar os trabalhos de auditoria interna para detecção de riscos e para monitoramento da eficácia dos controles internos para mitigar tais riscos.

O Departamento de Auditoria Interna é responsável por:

- (a) monitorar e aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gestão de riscos;
- (b) acompanhar e suportar as ações tomadas e a serem tomadas pela equipe de GRC, garantindo o cumprimento do planejamento anual dos trabalhos a serem realizados;
- (c) manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gestão de riscos e aprovar eventuais sugestões de alteração, caso necessário
- (d) definir o apetite dos nossos riscos; e
- (e) validar o relatório de consolidação de nossos riscos.

O Comitê de Auditoria é responsável por aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas futuras revisões.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada. Adicionalmente, possuímos um Comitê de Governança, Risco e *Compliance* ("Comitê de Auditoria") instalado, que também supervisiona os riscos de conformidade.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado****(a) política formalizada de gerenciamento de riscos mercado**

Não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, adotamos uma Política de Gestão de Riscos, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos de uma maneira geral, incluindo dos riscos de mercado a serem avaliados e monitorados. Entendemos que a correta identificação e gestão de riscos é um importante vetor de governança, ainda que tenhamos uma abordagem conservadora e baixa complexidade em nossas atividades, e que a nossa Política de Gestão de Riscos é suficiente para a devida avaliação e monitoramento de riscos.

Nossa Política de Gestão de Riscos pode ser acessada no nosso website de relações com investidores: ri.iguasaneamento.com.br.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não contratamos instrumentos financeiros para fins diversos de proteção patrimonial.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e atividades de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

Os processos e atividades de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos disposto a incorrer na busca de retorno e geração de valor.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Atualmente, possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário de caráter permanente, que tem por finalidade acompanhar: (i) o funcionamento de todo o nosso sistema de governança corporativa, contribuindo para a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais de governança corporativa aplicáveis, podendo propor melhorias no nosso sistema de governança corporativa; (ii) o gerenciamento integrado dos nossos riscos, de forma a contribuir para a boa gestão dos recursos, a proteção e valorização do nosso patrimônio; (iii) as práticas de prevenção e o combate a atos de corrupção, por meio da observância irrestrita da Lei Anticorrupção, verificando as regras e princípios de conduta aplicáveis a todos os nossos colaboradores e parceiros no desempenho de suas funções ou na prestação de serviços, com o propósito de prevenir a ocorrência de quaisquer atos de corrupção; e (iv) acompanhar o nosso sistema de controles internos e a auditoria independente, no sentido de verificar sua efetividade.

Ademais, o atual Comitê de Auditoria tem como principais atribuições propor ao Conselho de Administração:

- I. eventuais melhorias das práticas de auditoria, controles internos, governança corporativa, do código de ética e da política de transações com partes relacionadas;
- II. supervisão a contínua aderência às exigências legais, estatutárias e regulatórias de mercado e às práticas de governança corporativa formalmente adotadas por nós;
- III. avaliação dos processos de supervisão, monitoramento e gerenciamento de riscos;
- IV. acompanhamento dos riscos relacionados a processos judiciais ou administrativos em curso;
- V. reportar as suas atividades nas reuniões do Conselho de Administração;
- VI. realizar, no mínimo, anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação;
- VII. recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- VIII. analisar as demonstrações financeiras trimestrais e anuais, inclusive as notas explicativas e relatório da administração, bem como o relatório dos auditores independentes previamente à divulgação, reportando ao Conselho de Administração quando necessário; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

IX. recomendar à administração a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Nos termos do novo Estatuto Social, o qual está sujeito à ratificação, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de agosto de 2019 ("Novo Estatuto Social"), possuiremos um Comitê de Auditoria estatutário que será responsável por acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos, bem como por avaliar e monitorar as exposições de risco da nossa Companhia.

Ademais, o Comitê de Auditoria estatutário, enquanto órgão de assessoria, vinculado ao Conselho de Administração, será responsável por:

- I. propor ao Conselho de Administração eventuais melhorias das práticas de auditoria, controles internos, governança corporativa, do código de conduta e da política de partes relacionadas;
- II. supervisionar a contínua aderência às exigências legais, estatutárias e regulatórias de mercado e às práticas de governança corporativa formalmente adotadas por nós;
- III. avaliar os nossos processos de supervisão, monitoramento e gerenciamento de riscos;
- IV. avaliar e monitorar as nossas exposições de risco;
- V. reportar as atividades do Comitê de Auditoria nas reuniões do Conselho de Administração;
- VI. realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação;
- VII. recomendar ao Conselho de Administração a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- VIII. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas e relatório da administração, bem como o relatório dos auditores independentes previamente à divulgação, reportando ao Conselho de Administração quando necessário;
- IX. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento de nossas políticas internas (incluindo a política de transações com partes relacionadas), práticas e procedimentos;
- X. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos; e
- XI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

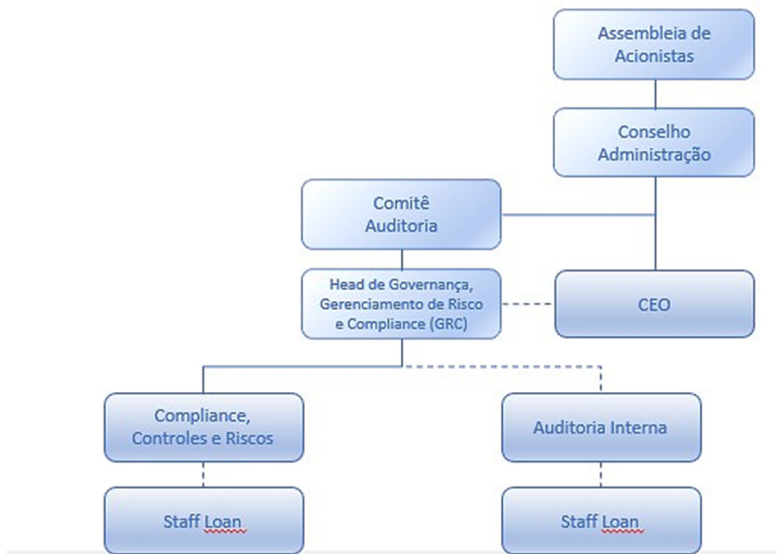
A área de Gestão de Riscos tem como reporte direto o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, reportando-se administrativamente ao CEO.

O *head* de Gestão de Riscos é responsável por controlar a área de *Compliance*, Riscos e Auditoria Interna, incluindo a gestão do Canal de Denúncias, sendo essas áreas independentes em sua forma de atuação e reporte.

A área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, está a cargo de comandar os trabalhos de mapeamento de processos, identificação dos riscos e controles, seguido pelas áreas de negócio, as quais devem suportar o trabalho com o fornecimento de subsídios e narrativas dos processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A área de Auditoria Interna possui a função de nos auxiliar a alcançar todos os nossos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficiência dos processos.



(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, gerenciadas pelo *head* de Gestão de Riscos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram apontadas deficiências significativas nos nossos controles internos.

De qualquer modo, indicamos abaixo os principais aspectos que, embora não sejam considerados deficiências significativas, foram classificadas como falhas de controles. Indicamos também os seus respectivos planos de ação para mitigar as falhas apontadas nos nossos controles internos:

- *Fragilidade no processo de cadastro/efetivação do reajuste tarifário que inclui parametrização sistêmica sem revisão e/ou processo formal de revisão*

No processo de revisão de reajuste tarifário, foi apontado a falta de procedimento padronizado e formalmente estabelecido para apuração, registro e revisão do reajuste.

Está sendo desenvolvido procedimento de revisão para implantar diretrizes que assegurem de forma preventiva a ocorrência de erros no processo de revisão e na formalização das evidências de revisão do processo, bem como, de forma adicional, desenvolver controles internos onde o departamento de auditoria possa efetuar revisões amostrais sobre cada uma das unidades e dos parâmetros modificados antes da efetiva vigência da nova tarifa.

- *Movimentações de capital em empresas do Grupo não são refletidas tempestivamente no processo de fechamento contábil*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No processo de movimentação de capital foi identificado falta dos registros exatos e atualizações de capital, podendo haver discrepância não resolvidas em participações individuais.

Iremos criar controles internos sobre deliberação de aumento de capital nas empresas e seu devido registro na competência contábil.

- *Ausência de controle de manutenção de contas de acesso oriundas de transferências*

Durante o processo de entendimento do processo de TI, foi identificado a ausência de controle periódico de revisão de acesso de usuários e perfis de acesso das aplicações.

Será implantado revisão periódica de 100% (cem por cento) das contas existentes, de forma que cada gestor de processo valide corretamente se as contas de acesso e os perfis atrelados a estas são adequados para toda conta existente nos seguintes níveis da infraestrutura tecnológica.

- *Fragilidade no controle de concessão de acessos*

No decorrer da análise do ambiente de tecnologia, observou-se a inexistência da política de concessão de novos acessos.

As políticas e procedimentos estão em fase de elaboração, focando no acesso aos ambientes de dados, funções e responsabilidades de cada tipo de usuário e também será criado perfis de usuários para cada função.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As deficiências e recomendações identificadas pelos auditores independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não foram consideradas significativas, por nossa Administração, a ponto de gerar impactos relevantes nas nossas demonstrações financeiras.

Os comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes e as medidas corretivas implantadas e a implantar estão registrados ao longo do próprio item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Possuímos mecanismos e procedimentos internos de integridade destinados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, que incluem políticas internas de prevenção, especialmente o nosso Código de Conduta, a Política de Relacionamento com o Poder Público, a Política Anticorrupção, a Política de Relacionamento com Terceiros, a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Pessoas Politicamente Expostas, a Política de Fusões, Aquisições e Outras Operações Societárias, a Política de Gestão de Riscos e Auditoria Interna, a Política de Doações e Patrocínios e a Política de Oferta e Recebimento de Presentes, Brindes e Hospitalidades. Tais políticas são periodicamente revisadas para garantir a adequação às normas aplicáveis e aderência às melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, possuímos atividades de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

O gerenciamento de riscos, as políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados por nós, abaixo destacados, são reavaliados e ajustados periodicamente sempre que ocorrem mudanças significativas na nossa estrutura, processos, sistemas ou modelo de negócios, ou na regulamentação aplicável.

Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou o nosso Código de Conduta. Entre os mecanismos existentes para garantir a sua aplicação e efetividade, as investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta serão realizadas por equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as nossas políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ocasionar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) advertência oral e por escrito, (ii) aplicação de medidas disciplinares e/ou afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência, (iii) imposição de atividades de aprimoramento, ou (iv) demissão por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

Ademais, todos os nossos colaboradores deverão firmar o Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão anexo ao Código de Conduta, comprometendo-se a zelar pela aplicação de todos os dispositivos descritos no Código de Conduta.

Possuímos o “Canal de Denúncias Iguá”, que garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade das pessoas envolvidas, internas ou externas, e colabora para promover um ambiente melhor para todos.

Por fim, propiciaremos treinamentos periódicos a todos os nossos colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

ii as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Nosso Departamento de *Compliance*, vinculado diretamente à Diretoria, é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade estabelecidos no Código de Conduta.

Conforme nossas políticas e documentos societários, a criação de nosso Departamento de *Compliance* não necessitou de uma aprovação formal ou implementação de mecanismos próprios de garantia de independências, tendo suas responsabilidades formalizadas em nosso Código de Conduta. Apesar de não possuímos mecanismos de garantia de independência formalmente aprovados, a Diretoria avalia, no momento de contratação dos dirigentes, a independência destes para que possam gerir a área de *Compliance* de maneira independente. Ainda, o Departamento de *Compliance* possui um dever de reporte à Diretoria sobre todas as ações que envolvem o Código de Conduta.

Importante ressaltar que a área de auditoria interna possui (i) suas atividades reportadas ao Conselho de Administração diretamente; (ii) atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração; (iii) estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Conselho de Administração; e (iv) responsabilidade para aferir os nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando**

Possuímos um Código de Conduta, formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2020. O Código de Conduta será revisado anualmente ou sempre que for necessário, conforme avaliado pela nossa administração, sendo que qualquer modificação no documento deverá ser aprovada formalmente pelo Conselho de Administração.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

Os princípios e diretrizes do Código de Conduta devem ser difundidos entre todos os conselheiros, diretores e outros colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários independente do seu cargo ou posição).

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

O Código de Conduta estabelece que devemos propiciar treinamentos periódicos a todos os nossos colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

Anualmente são realizados treinamentos formais, com o intuito de treinar e educar todos os colaboradores sobre o tema Código de Conduta. Estes treinamentos são desenvolvidos pelo Departamento de *Compliance*.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Quaisquer violações ao Código de Conduta, as nossas políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ocasionar, de acordo com a gravidade do ato praticado e após garantido o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, (i) advertência oral e por escrito, (ii) aplicação de medidas disciplinares e/ou afastamento temporário dos indivíduos envolvidos na ocorrência, (iii) imposição de atividades de aprimoramento, ou (iv) demissão por justa causa. Eventuais violações por fornecedores ou terceiros poderão resultar em advertência ou rescisão do contrato, sempre que aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi formalmente aprovado em 31 de agosto de 2020, e pode ser consultado no nosso website <https://www.iguasa.com.br/etica-e-conduta> e <http://ri.iguasaneamento.com.br/>.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo**

Possuímos o “Canal de Denúncias Iguá” para o envio de denúncias em caso de situações ou comportamentos que representem conflito ou potencial conflito com o Código de Conduta, as políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno e operacionalizado por um terceiro garantindo a imparcialidade e independência, e nosso Código de Conduta estabelece que eventuais investigações devem ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos conselheiros, diretores e outros colaboradores (sejam eles próprios, terceiros, estagiários ou temporários, independente do seu cargo ou posição) quanto por nossos fornecedores, parceiros, prestadores de serviço e representantes comerciais, pelos seguintes meios: (i) <https://www.linhaetica.com.br/etica/iguasaneamento>; (ii) telefone: 0800 713 0051; (iii) e-mail: iguasaneamento@linhaetica.com.br; (iv) caixa postal: 79518, CEP 04711-904, São Paulo - SP.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Código de Conduta estabelece que devemos assegurar a confidencialidade e independência do canal de denúncias, garantindo ainda a possibilidade de envio de dúvidas, sugestões ou eventuais denúncias de forma anônima.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Conduta deverão ser realizadas por uma equipe independente e habilitada, sob a liderança do Departamento de *Compliance* e, sempre que possível e necessário, com o apoio de agentes externos.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

O Grupo, as Pessoas Vinculadas e/ou demais pessoas que estiverem envolvidas na operação societária devem:

- observar o período no qual devem abster-se de negociar valores mobiliários de nossa emissão;
- assegurar que seus contratos comerciais não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações privilegiadas;
- caso a potencial operação envolva outra companhia aberta, analisar se existe a necessidade/obrigatoriedade de uma oferta pública para a aquisição de todas as demais participações societárias de emissão da empresa-alvo;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (iv) respeitar as disposições na Política de Transação com Partes Relacionadas, caso a transação envolva Partes Relacionadas; e
- (v) analisar a necessidade de aprofundar análises e/ou estudos para confirmar a existência ou não de conflito de interesses de determinada Pessoa Vinculada e/ou de outras pessoas que tiverem conhecimento de tratativas envolvendo operações societárias, em razão do cargo ou posição que ocupam, inclusive terceiros. Caso seja identificado conflito de interesse, recomenda-se que a pessoa não seja envolvida em questões relacionadas à operação e/ou que sejam criados mecanismos que assegurem que a referida pessoa não terá qualquer influência sobre as decisões a serem tomadas no curso da operação.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações Significativas

Este item não é aplicável, considerando que não houve alterações significativas nos riscos identificados por nós.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras Inf. Relev. - Gerenciamento de Riscos e Controles Internos*****Gerenciamento de Riscos de Mercado***

Apesar de não possuímos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado, apresentamos abaixo os procedimentos adotados para a correta avaliação e monitoramento de riscos de mercado.

Nosso resultado operacional pode ser afetado por mudanças macroeconômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial. Entre os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção, podemos indicar:

- (i) Risco de Crédito: decorrente de crédito de contas a receber (crédito a clientes e saldos com Partes Relacionadas) e de contrapartes em nossas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras);
- (ii) Risco de Liquidez: consiste na eventualidade de não dispormos de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de nossos direitos e obrigações;
- (iii) Risco de Taxa de Juros: decorrente dos nossos contratos de financiamento e empréstimos e debêntures, bem como outros recebíveis e obrigações futuras; e
- (iv) Inflação e Indexadores: pode ser decorrente de diversas situações, como a correção dos contratos de concessão e recebíveis que regem o nosso faturamento, contratos com fornecedores, dívidas e investimentos.

O objetivo da nossa Política de Gestão de Riscos é entender, avaliar e definir ações de resposta para que eventuais perdas sejam previstas e reduzidas, visando manter os riscos em níveis aceitáveis. A análise de riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos nossos diversos níveis de gestão.

Além disso, adotamos medidas específicas para gestão de risco de liquidez e gestão de risco de crédito das nossas contrapartes.

Temos como estratégia de proteção patrimonial o gerenciamento dos riscos, evitando assumir exposições relevantes a variáveis de mercado que possam produzir impactos a valor justo. Monitoramos periodicamente possíveis impactos financeiros e contábeis decorrentes de variações de mercado em cenários distintos.

A gestão de risco de mercado é conduzida utilizando-se, mas não se limitando a, diferentes estratégias para mitigação ou transferência de risco: (i) adequação dos indexadores contratuais; (ii) equilíbrio entre nossos ativos e passivos financeiros; (iii) análise de alternativas para precificação dos contratos de fornecedores; e (iv) uso de instrumentos financeiros.

Priorizamos a mitigação de riscos através do equilíbrio de indexadores entre contratos ativos e passivos. Atualmente não temos nenhum instrumento contratado com a intenção específica de proteção patrimonial, mas buscamos ativamente o balanceamento de exposições decorrentes de instrumentos (i) não financeiros; e (ii) financeiros não-derivativos.

Ademais, também não utilizamos instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente, não possuímos nenhum contrato derivativo vigente.

Por fim, os principais parâmetros que utilizamos para o gerenciamento dos riscos de mercado são:

- (i) Risco de Crédito: os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua pulverização. Para as operações financeiras, possuímos diretrizes definidas de diversificação e limites rígidos de exposição por contraparte, baseados em *ratings* das agências classificadoras e no patrimônio líquido de cada instituição.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

- (ii) Risco de Liquidez: para gerenciamento do risco de liquidez, estruturamos os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos em conformidade com o cronograma de pagamentos, monitorando os prazos de liquidação dos direitos e obrigações de modo a não afetar a liquidez. O acompanhamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do cronograma de compromissos. Também estabelecemos diretrizes internas de caixa mínimo para minimizar riscos relacionados a cenários improváveis.
- (iii) Risco de Taxa de Juros, Inflação e Indexadores: para o gerenciamento das flutuações nas taxas de juros, inflação e indexadores e câmbio, utilizamos modelos de projeção de diferentes cenários para determinar possíveis impactos para nós.

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

Criação da Comissão Especial de Investigação para a investigação interna em decorrência da Companhia ter sido controlada pela Galvão Participações S.A., que possui empresas que vêm sendo investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato

Com o objetivo de avaliar o risco decorrente da investigação interna em razão da Companhia ter sido controlada pela Galvão Participações S.A., que possui empresas que vêm sendo investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato, foi formada pelo Comitê de Auditoria da Companhia a Comissão Especial de Investigação para acompanhar e suportar os trabalhos de investigação liderados pelas empresas independentes ICTS Global Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda. (ICTS) e Barbosa, Pontes e Gaertner Advogados (BPGA). A Comissão Especial de Investigação é composta pelo presidente do Comitê de Auditoria e por outros membros do referido comitê, bem como pelo Management da Companhia (*head de compliance*).

As investigações internas tiveram como foco a coleta de informações a respeito da natureza, extensão e impacto de possíveis atos ilegais na CAB Ambiental (Iguá Saneamento) ou em seu benefício, bem como para investigar fatos relacionados e circunstâncias que podem ter impacto significativo em nossa reputação, nossos negócios e resultados operacionais.

Diante dos resultados da investigação, e consonante com as conclusões de investigações anteriores realizadas pela Companhia, foi considerada pelo BPGA, levando em conta, inclusive, a auditoria forense realizada pelo ICTS, e ratificada pela Comissão Especial de Investigação remota a possibilidade de que eventuais consequências ou responsabilizações civis e/ou administrativas (relacionadas aos fatos objeto de investigação) levem à nulidade de contratos ou sejam superiores aos valores já provisionados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias por conta de tais eventos, e/ou sejam superiores aos ativos regulatórios que a Companhia possui e que ainda não foram convertidos em receita ou ativos financeiros ou intangíveis, e, portanto, também remota a possibilidade de que tenham impacto material negativo nas demonstrações financeiras relacionadas às seguintes controladas da Companhia : (i) Paranaguá Saneamento S.A.; (ii) Águas Cuiabá S.A.; e (iii) Agreste Saneamento S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017 e as informações financeiras intermediárias consolidadas relativas aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM).

Os Diretores entendem que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor e aplicáveis às demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias elaboradas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia e as práticas contábeis são uniformes.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas e informações financeiras intermediárias consolidadas para: (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AV” e “AH” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Vertical” e “Análise Horizontal”, respectivamente.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 nas atividades e, consequentemente, nas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

Fatores que afetam os resultados das operações da Companhia

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia foram positivamente influenciados pela melhoria operacional de nossas operações, aumento no número de economias de água e esgoto, aumento no volume faturado de esgoto, diminuição das perdas e centralização dos processos administrativos, com a criação do Centro de Serviços Compartilhados, em São José do Rio Preto/SP.

Evolução no número de economias de água e esgoto

Discriminação		set/20	AH% (20/19)	set/19	dez/19	AH% (19/18)	dez/18	AH% (18/17)	dez/17
Número de economias água ⁽¹⁾	un	485.161	4,16%	465.783	471.864	3,62%	455.358	2,64%	443.658
Número de economias esgoto ⁽¹⁾	un	323.617	6,16%	304.851	308.858	10,31%	279.999	9,49%	255.720
Número de economias (água + esgoto) ⁽²⁾	un	808.778	4,95%	770.634	780.722	6,17%	735.357	5,14%	699.378

⁽¹⁾ Economia: Prédio ou subdivisão de um prédio, com ocupações comprovadamente independentes entre si, que utilizam uma única instalação de abastecimento de água e/ou esgotos.

Economias abastecidas: Moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água. Em um prédio com ligação para abastecimento de água, cada apartamento é considerado uma economia abastecida, que pode estar ativa ou inativa.

⁽²⁾ Economias esgotadas: Unidades tributáveis, conforme registro no serviço de esgotamento sanitário. Em um prédio com ligação para esgotamento sanitário, cada apartamento com ocupação residencial é considerado uma economia esgotada. O conceito de economias esgotadas também pode ser utilizado para ligações comerciais, industriais e públicas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Houve um incremento de 2,64% de economias de água entre 2017 e 2018 e um incremento de 3,62% entre 2018 e 2019, saltando de 443.658 economias em 2017, para 455.358 em 2018 e 471.864 em 2019. Em relação a economias de esgoto, há um incremento de 9,49% entre 2017 e 2018 e de 10,31% entre 2018 para 2019, saltando de 255.720 em 2017 para 279.999 em 2018 e 308.858 em 2019.

Aumento no volume faturado de água e esgoto

Discriminação	set/20	AH% (20/19)	set/19	dez/19	AH% (19/18)	dez/18	AH% (18/17)	dez/17
Volume faturado água m³	63.595.374	5,19%	60.456.442	81.250.493	3,23%	78.707.203	2,69%	76.647.431
Volume faturado esgoto m³	40.243.946	12,07%	35.909.259	48.651.152	9,60%	44.389.032	2,80%	43.181.410
Volume faturado (água + esgoto) m³	103.839.320	7,76%	96.365.701	129.901.645	5,53%	123.096.235	2,73%	119.828.841

Com relação ao volume faturado de água, tivemos um incremento de 2,69% quando comparado 2017 e 2018 e um incremento de 3,23% quando comparado 2018 e 2019. Com relação ao volume faturado de esgoto, tivemos um incremento de 2,80% quando comparado 2017 e 2018 e um incremento de 9,60% quando comparado 2018 e 2019. O volume total faturado (água + esgoto) foi incrementado em 5,53% quando comparado 2017 e 2018 e um incremento de 6,10% quando comparado 2018 e 2019. Já no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o volume faturado de água subiu 5,19%, o volume faturado de esgoto aumentou 12,07% e o volume total faturado (água + esgoto) foi incrementado em 7,76% quando comparados com o mesmo período em 2019.

Diminuição das perdas

Dados Gerais	set/20	AH% (20/19)	set/19	dez/19	AH% (19/18)	dez/18	AH% (18/17)	dez/17
Água não Faturada – ANF ⁽¹⁾ %	40,0%	-0,5%	40,2%	39,7%	-5,52%	42%	-8,67%	46%

⁽¹⁾ Percentual do volume de água que se perde no processo de distribuição por vazamentos ou desvios da tubulação.

Comparando 2017 e 2018, observamos uma redução em nossa ANF (Água Não Faturada) de 8,67%, passando de 46% para 42%. Quando comparamos 2018 e 2019, temos também uma redução de 2,3% nas perdas da Companhia, encerrando o exercício de 2019 em 40% de ANF (Água Não Faturada).

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia passou por uma reorganização societária em 2017 e estabeleceu o compromisso de ser a melhor empresa de saneamento para o Brasil em termos de imagem (valorização das pessoas e inovação), ambiental social e governança (excelência de gestão estratégia, transparência e disciplina) e financeira (crescimento e rentabilidade). Desde então, estamos presentes em 37 municípios com o objetivo único de levar saneamento às populações atendidas e ajudar o país a alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto.

Com 14 concessões e 4 parcerias público-privadas (PPPs), estamos inseridos na vida de mais de 6 milhões de pessoas que compõem comunidades dos mais diferentes portes. Tal condição nos dá conhecimento sobre distintas realidades do saneamento no país e nos credencia a superar os mais diversos desafios técnicos e operacionais.

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto e longo prazo, bem como para suportar o crescimento sustentável dos seus negócios.

Em continuidade ao desenvolvimento das operações da Companhia, no primeiro semestre de 2020 fomos capazes de demonstrar uma sólida evolução operacional marcada por conquistas importantes, beneficiando diretamente a população atendida por nós e o meio ambiente. Dentre as principais entregas operacionais destacam-se:

- Inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto Fartura, em Mirassol – SP, cidade com aproximadamente 60 mil habitantes. Com a entrega a cidade alcança a universalização em coleta e tratamento de esgoto, tornando-se referência em saneamento no cenário nacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Entrega final da nova ETA Sul em Cuiabá – MT, a maior estação de tratamento dentre as operações da Companhia, que atenderá 87 bairros, beneficiando mais de 155 mil habitantes.
- Em Atibaia – SP houve a entrega da EEE Jundiá. Esta moderna estação é equipada com geradores de energia, painéis automatizados e sistema de telemetria que farão a comunicação direta com o CCO (Centro de Controle Operacional). A Elevatória está localizada no Bairro Matistela II, que em 2019 recebeu novas redes de esgoto, agora disponíveis para serem ligadas as residências, aprimorando o saneamento para a população.
- Finalização da EEE Marcolino em Tubarão – SC. A entrega possibilitará o aumento da cobertura de esgoto tratado no Município.

Continuamos também buscando melhoria contínua em nossos processos de gestão e valorizando soluções inovadoras para levar o atendimento aos clientes a um novo patamar. Por exemplo:

- No segundo semestre de 2019 para implementação em 2020, foi realizada a segunda edição do Iguá Lab, uma iniciativa inovadora em busca de startups com soluções para o saneamento. O Iguá Lab foi eleito a ideia mais inovadora do ano de 2018 no PPP Awards, o mais relevante prêmio de Parcerias Público-Privadas (PPP) do país.
- Reforçando a preocupação em priorizar, melhorar o atendimento e simplificar a vida do cliente, foi lançada a plataforma Digi Iguá, uma plataforma digital de atendimento que oferece facilidade e comodidade para os clientes.
- As nossas lojas físicas passaram, no ano passado, a contar com máquinas de cartões ampliando a possibilidade de pagamento de faturas.

As informações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 refletem a continuidade desta fase de crescimento, eficiência operacional, retomada de investimentos e equilíbrio financeiro. Ainda que a dívida bruta da Companhia tenha apresentado um crescimento ao longo do tempo, de R\$1.113 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.725 milhões em 30 de setembro de 2020 (crescimento total de 55,1% neste período), como reflexo da retomada dos investimentos nas concessões, a dívida líquida no mesmo período cresceu 63,1%, de R\$969 milhões para R\$1.580 milhões, o que pode denotar uma maior posição de caixa em relação ao endividamento da Companhia. Da mesma forma, o índice de alavancagem da Companhia caiu de 2,7x em 31 de dezembro de 2017 para 1,95x em 31 de dezembro de 2018, 1,68x em 31 de dezembro de 2019 e passou a 2,4x em 30 de setembro de 2020, em decorrência do aumento de receita nesses períodos.

Os índices de liquidez corrente (total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) mantêm a positividade e apresentam os seguintes valores em 30 de setembro de 2020 de 2,70, em 31 de dezembro de 2019 de 1,41, em 31 de dezembro de 2018 de 1,86 e em 31 de dezembro de 2017 de 2,71.

Além disso, tivemos como destaque em julho de 2020, a conclusão da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, no valor total de R\$620.486 mil reais e com vencimento em 15 de julho de 2034. Os recursos captados representam um importante passo no financiamento dos projetos da Companhia e serão destinados para o projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá, por meio da controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

(b) estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A predominância do capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da sua opção por empregar recursos de terceiros no financiamento do seu crescimento, de forma a maximizar o seu valor, considerando as atraentes condições de financiamento existentes no mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo descreve a distinção entre capital próprio e de terceiros nos períodos indicados:

<i>(Em milhares de R\$, exceto %)</i>	Em 30/09/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018	Em 31/12/2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.117.925	1.685.617	1.543.942	1.355.844
Capital próprio (patrimônio líquido)	831.123	837.161	646.262	452.446
Capital Total (terceiros + próprio)	2.949.048	2.522.778	2.190.204	1.808.290
Parcela de capital de terceiros ⁽¹⁾	71,8%	66,8%	70,5%	75,0%
Parcela de capital de próprio ⁽²⁾	28,2%	33,2%	29,5%	25,0%

⁽¹⁾ A parcela capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).

⁽²⁾ A parcela capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido (capital total).

Nossa administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros.

A Companhia encerrou o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 com 90,1% da sua dívida bruta, ou seja, empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo não circulante em longo prazo. Para mais informações sobre a dívida bruta da Companhia, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

Na mesma data a Companhia apresentava R\$608,4 milhões em caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados e outros ativos financeiros em seu ativo circulante. Este número representa 404% dos compromissos financeiros de curto prazo (empréstimos e financiamentos e debêntures) no passivo circulante.

A administração da Companhia avalia constantemente a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Desde a nossa constituição, utilizamos a combinação entre capital próprio, por meio de aportes de capital de nossos acionistas, e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendemos apropriado, obtemos empréstimos e financiamentos para realização de nossos investimentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras assumidas perante terceiros.

Dada a relevância do saneamento para a sociedade e seus impactos na saúde pública e na qualidade de vida da população, o setor historicamente conta com fontes de financiamento diferenciadas, principalmente por parte dos bancos públicos. Em especial, a Caixa Econômica Federal, atuando como agente repassador dos recursos do FGTS destinados ao programa Saneamento para Todos, bem como o BNDES, através de suas linhas de financiamento de projetos, tem papel destacado no financiamento de novos investimentos. A Companhia tem utilizado tais alternativas, sendo que as operações das suas subsidiárias Agreste Saneamento, Águas de Colíder, Águas de Pontes e Lacerda, e Águas de Alta Floresta utilizaram como alternativa de financiamento, empréstimo sob o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

programa Saneamento para Todos³, e destas apenas Agreste Saneamento ainda tem saldo devedor em aberto em 30 de setembro de 2020. As operações de suas subsidiárias de Águas de Cuiabá, Paranaguá Saneamento, Spat Saneamento, Sanessol Saneamento, Guaratinguetá Saneamento, utilizaram linhas de financiamento disponibilizadas pelo BNDES, sendo que todas ainda tem saldo devedor em aberto em 30 de setembro de 2020. Detalhes das linhas mencionadas podem ser encontrados na seção 10.1 (f) abaixo.

Além disso, a Companhia desenvolveu relacionamento com diversas instituições financeiras que vem suportando as demandas de financiamentos para capital de giro e/ou financiamentos, ainda que por prazos mais curtos do que os providos pelas instituições públicas. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os saldos em aberto em empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) era de R\$1.725,5 milhões, R\$1.338,2 milhões, R\$1.197,4 milhões e R\$1.112,7 milhões, respectivamente. Como estratégia de diversificação das fontes de financiamento, também utilizamos emissões de debêntures como alternativa de captação de recursos. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia tem debêntures em aberto emitidas pelas suas subsidiárias Águas de Cuiabá e Paranaguá Saneamento, além da 3ª e 5ª séries emitidas pela Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pretendemos manter nossa estratégia de combinação entre capital próprio e de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. Portanto, sempre que entendermos apropriado, poderemos nos capitalizar, seja por meio de empréstimos e financiamentos e debêntures contratados com terceiros, seja por meio de emissão de novas ações. A Companhia está constantemente avaliando as melhores alternativas de captações no mercado, tanto local quanto internacional, sendo que, até a presente data, a Companhia não acessou o mercado internacional.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia é composto, principalmente, por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, em especial bancos públicos como BNDES (que representa 70,7% dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia em 30 de setembro de 2020) e Caixa Econômica Federal (contraparte de 19,8% das dívidas contraída pela Companhia, em 30 de setembro de 2020), com o objetivo de viabilizar a execução de contratos de concessão e de parcerias público privadas celebrados entre nós (por meio de nossas controladas) e a administração pública (direta e/ou indireta). Eventualmente, contraímos dívidas caracterizadas como empréstimos ponte junto a bancos comerciais.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, 2018 e 2017, os nossos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante não circulante) totalizavam R\$1.725,5 milhões, R\$1.338,2 milhões, R\$1.197,4 milhões e R\$1.112,7 milhões, respectivamente.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia têm por objetivo (i) ampliação do nível de atendimento aos usuários de seus serviços; (ii) redução de suas perdas operacionais; (iii) ganhos de eficiência e reabilitação dos sistemas de água e esgoto, para garantir a integridade dos mesmos; e (iv) financiar ciclos de investimentos previstos nos contratos de concessão e parcerias público-privadas celebradas pela Companhia. Essas medidas ampliam a sua rede de atuação e a interação entre a Companhia e a administração pública (direta ou indireta, conforme o caso). Adicionalmente, a Companhia destina parte destes recursos para aumentar seu volume de capital de giro e também para financiar algumas de suas aquisições.

³O Programa Saneamento para Todos, instituído pela Resolução 476, de 31 de maio de 2005, objetiva promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações integradas e articuladas de saneamento básico no âmbito urbano com outras políticas setoriais, com vista ao aumento da cobertura dos serviços de saneamento básico, incluídos os serviços de resíduos sólidos. Este programa foi regulamentado pela Instrução Normativa 23, de 23 de julho de 2005, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que prevê as regras para o financiamento dos projetos com utilização dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais garantias que a Companhia oferece para a captação de linhas de financiamento têm sido a cessão dos direitos sobre os seus recebíveis (tarifas cobradas aos usuários de seus serviços) e repasses recebidos da contraparte das PPPs, penhor de ações de suas controladas, fianças bancárias e avais de acionistas.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir apresenta as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia com terceiros, bem como os respectivos saldos em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Empresa	Credor	Vencimento	Índice e Taxa de juros (%)	Saldo devedor em (R\$ milhões de Reais)			
				30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Paranaguá Saneamento	BNDES	mai/22	Subcréditos A: TJLP + 1,4% a.a.	8,9	9,2	13,4	16,0
		mai/22	Subcréditos B: TJLP + 1,4% + 1% a.a.				
		dez/24	Subcréditos C: TJLP + 1,4% a.a.				
		dez/24	Subcréditos D: TJLP + 1,4% + 1% a.a.				
	Itaú BBA	mai/19	100% CDI + 2,0% a.a.	-	-	19,9	19,3
SPAT Saneamento	BNDES	jan/24	TJLP + 2,9% a.a.	124,8	130,0	155,0	176,9
Iguá Saneamento	Leasing	01/09/2021	CDI + 3,5% a.a.	0,1	0,2	0,3	-
	ABC	01/06/2021	CDI + 4,5% a.a.	30,5	-	-	-
Sanessol	BNDES	mai/25	Subcréditos A1: TJLP + 1,4% a.a.	4,2	5,2	8,3	11,3
		mai/25	Subcréditos A2: TJLP + 1,4% + 1% a.a.				
		mai/20	Subcréditos B1 e C1: TJLP + 1,4% a.a.				
		mai/20	Subcréditos B2 e C2: TJLP + 1,4% + 1% a.a.				
	Haitong	jan/19	100% CDI + 4,5% a.a.	-	-	-	7,9
	BTG	fev/22	100% DI + 4,45% a.a.	11,6	15,4	20,0	0,0
Guaratinguetá Saneamento	BNDES	mar/27	TJLP + 1,4% a.a.	5,6	5,6	6,4	7,2
Águas Cuiabá	BNDES	set/32	Subcrédito A: TJLP + 3,39% a.a.	397,0	385,8	273,5	259,7
		nov/31	Subcrédito B: IPCA + NTN-B + 3,39% a.a.				
	Finame	2019	4 % a.a.	-	-	0,6	1,7
Águas Colíder	CEF	ago/23	TR + 6,5% + 2% + 1,5% a.a.	-	-	-	1,4
	Caixa Geral	mar/19	158% do CDI	-	-	-	5,0
	BTG	fev/22	100% DI + 4,45% a.a.	4,7	6,2	8,0	-
Águas Alta Floresta	CEF	fev/23	TR + 6,2% + 2% + 2% a.a.	-	-	-	2,4
	Caixa Geral	mar/19	158% do CDI	-	-	-	6,5
	BTG	fev/22	100% DI + 4,45% a.a.	7,0	9,3	12,0	-
Águas Pontes e Lacerda	CEF	jul/20	TR + 6,5% + 2% + 2% a.a.	-	-	-	1,3
	Caixa Geral	mar/19	158% do CDI	-	-	-	4,2
	BTG	fev/22	100% DI + 4,45% a.a.	5,3	6,9	9,0	-
Agreste Saneamento	CEF	jul/35	TR + 6% + 2% + 0,7% a.a.	151,1	155,8	161,7	167,3
	Finame	2019	6 % a.a.	-	-	0,2	0,6
Águas Comodoro	Caixa Geral	mar/19	158% do CDI	-	-	-	2,1
	BTG	fev/22	100% DI + 4,45% a.a.	1,8	2,3	3,0	-
Águas Canarana	Caixa Geral	mar/19	158% do CDI	-	-	8,0	7,3
Atibaia Saneamento	Haitong	jan/19	100% CDI + 4,5% a.a.	-	-	32,0	28,8
	BTG	set/20	100% DI + 3,50% a.a.	-	48,6	-	-
ESAP	Haitong	jan/19	100% CDI + 4,5% a.a.	-	-	3,5	3,2
Outros	-	-	-	11,5	11,0	-1,7	-2,9
Total	-	-	-	764,1	791,5	733,1	727,0
Passivo Circulante	-	-	-	111,4	121,1	131,5	43,5
Passivo Não Circulante	-	-	-	652,7	670,4	601,6	683,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição dos Contratos Financeiros Relevantes

Apresentamos abaixo a descrição dos contratos financeiros relevantes da Companhia na data deste Formulário de Referência:

5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 24 de julho de 2020, a Companhia formalizou o “*Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Iguá Saneamento S.A.*”, no montante total de R\$620,5 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 14 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de julho de 2034.

A taxa incidente na emissão é de IPCA + 6,10% ao ano.

Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá, por meio da controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,2x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) 3,8x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (c) 3,5x de 31 de dezembro de 2022 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado do contrato.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo deste contrato era R\$630,8 milhões.

4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples da Iguá Saneamento S.A.

Em 29 de abril de 2019 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da quarta emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$120,0 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 84 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 15 de maio de 2026.

A taxa incidente na emissão é de CDI + 3,5% ao ano.

Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para investimentos da Companhia em suas sociedades investidas.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo deste contrato era R\$117,0 milhões.

A Companhia obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM:

- Dívida Líquida / EBITDA 2019: igual ou inferior a 4,5x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2020: igual ou inferior a 4,2x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2021: igual ou inferior a 3,8x;
- Dívida Líquida / EBITDA 2022: igual ou inferior a 3,5x;

O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado do contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples da Igua Saneamento S.A.

Em 27 de março de 2018 a Companhia formalizou instrumento particular de escritura da terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R\$70,0 milhões.

As Debêntures contam com um prazo de vencimento de 69 meses contados a partir da data de emissão, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2023.

A taxa é de CDI + 4,8% ao ano.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo deste contrato era R\$27,7 milhões.

Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para investimentos da Companhia em sua sociedade investida Águas Cuiabá S.A. e para reforço de capital de giro da Companhia.

Contrato de Financiamento BNDES da Águas Cuiabá S.A.

A Águas Cuiabá S.A. celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0424.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 26 de agosto de 2014.

Em 14 de dezembro de 2016 foi assinado o Primeiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 11 de janeiro de 2017 foi assinado o Segundo aditivo ao contrato de financiamento. Em 23 de junho de 2017 foi assinado o Terceiro aditivo ao contrato de financiamento. Em 14 de janeiro de 2018 foi assinado o Quarto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2019, foi assinado o Quinto aditivo ao contrato de financiamento. Em 4 de junho de 2020, foi assinado o Sexto aditivo ao contrato de financiamento.

O valor de principal do Contrato é de R\$327,5 milhões, os recursos são destinados à modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no limite territorial urbano no Município de Cuiabá e dos Distritos de Caxipó do Ouro, Guia, Águaçu, Sucuri e Nova Esperança Pequizeiro, divididos nos seguintes subcréditos: (i) Subcrédito “A”: R\$260,5 milhões e (ii) Subcrédito “B”: R\$67 milhões.

Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 3,39% a.a. acima da Taxa de Referência divulgada pelo BNDES – que, no caso deste contrato, é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo deste contrato era R\$ 397,0 milhões.

O contrato BNDES Cuiabá é garantido, integralmente: (i) através de 100% das ações da Águas Cuiabá, onde PCT e Companhia são acionistas; (ii) cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios emergente do Contrato de Concessão de Cuiabá; e (iii) aval solidário da Companhia. Além disso, a Companhia, controladora direta, detém obrigações de aportes de capital no caso da Águas Cuiabá: (i) não comprovar, durante toda a vigência do contrato, a manutenção do Índice de Cobertura de Serviço da Dívida igual ou superior a 1,3; (ii) utilizar recursos oriundos da conta reserva; e (iii) caso a fiança prestada por instituição financeira em substituição à mencionada conta reserva seja executada pelo BNDES e não tenha ocorrido a emissão de nova fiança no prazo e conforme termos estipulados no contrato de cessão fiduciária.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2ª Emissão de Debêntures – Águas Cuiabá

Em 14 de julho de 2020, a Águas Cuiabá realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para colocação privada.

Em 30 de julho de 2020 foi celebrado o primeiro aditamento na escritura de emissão para fins de fixação da remuneração das debêntures.

O valor do principal das debêntures é de R\$ 620.486.000,00 (seiscentos e vinte milhões e quatrocentos e oitenta e seis mil reais), na data de emissão, atualizado, a partir da primeira data de integralização, pela variação acumulada do IPCA.

Sobre o valor do principal atualizado incidem juros pagos semestralmente da seguinte maneira: 6,10% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das debêntures ou data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até o primeiro dia útil após a data do efetivo pagamento (exclusive).

O valor nominal das debêntures será pago semestralmente, sendo a primeira parcela devida em 14 de janeiro de 2021 e a última parcela devida na e a última em 14 de julho de 2034.

Os recursos desta emissão foram/serão utilizados para (i) o reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data de 31 de julho de 2020; ou (ii) pagamento futuro no âmbito do investimento no projeto enquadrado em caráter prioritário, nos termos da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.797, de 27 de novembro de 2019,

As debêntures da Águas Cuiabá são garantidas pela cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de cessão e tem como agente fiduciário a instituição financeira Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A Águas Cuiabá obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o seguinte índice apurado anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3x.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo deste contrato era R\$629,7 milhões e por ser com a Igua Saneamento S.A foi eliminada no saldo consolidado.

Contrato de Financiamento e Repasse – Empréstimo CEF Agreste Saneamento

Em 18 de dezembro de 2013 a Agreste Saneamento celebrou Contrato de Financiamento e Repasse com a Caixa Econômica Federal com objetivo de financiar investimentos voltados à melhoria e ampliação do sistema de Abastecimento de Água dos Municípios de Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nória, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Olho D'Água Grande e São Brás, todos do Estado de Alagoas.

O valor de principal do Empréstimo é de R\$146,8 milhões sobre os quais incidem juros equivalentes a 100% da taxa referencial - TR, acrescidos de 6,0% a.a. de taxa de juros, 2,0% a.a. de taxa de administração e de 0,7% a.a. de taxa de risco de crédito.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo deste contrato era R\$151,1 milhões.

O Empréstimo CEF –Agreste Saneamento é garantido (i) vinculação de 100% da receita da Agreste Saneamento, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*) e observadas as regras de liberação dos recursos a serem depositados em tais contas; (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios, representados pela receita vinculada e empenhada; e penhor de 100% das ações de emissão da Agreste Saneamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor principal será amortizado, mensalmente, por meio de parcelas mensais e sucessivas no sistema Price, após um período máximo de carência 18 meses. Esse período é medido através de uma possível antecipação da conclusão das obras. Os juros durante o período de carência serão integrados ao valor do principal. Sendo vencimento do contrato em fevereiro de 2035.

A Agreste Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Capital Social maior ou igual a 20% CAPEX; e
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3.

Contrato de Financiamento – Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê –SPAT

Em 06 de abril de 2009, a SPAT Saneamento celebrou o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0032.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Posteriormente, as partes celebraram o 1º termo aditivo ao contrato de financiamento, em 31 de agosto de 2010 por meio do qual se alterou a destinação dos recursos disponibilizados. Em 4 de julho de 2013, foi assinado o 2º termo aditivo ao contrato de financiamento, dispondo sobre o novo prazo para apresentação da Licença de Operação Definitiva.

O valor de principal do Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê é de R\$275,0 milhões.

O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2020 era de R\$124,8 milhões. A incidência de juros obedecerá aos seguintes critérios:

- Quando a TJLP for superior a 6% a.a.: o montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês de vigência do contrato e no vencimento, conforme aplicação da fórmula constante do contrato. O percentual de 2,8% a.a. acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a. incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for inferior ou igual a 6% a.a.: O percentual de 2,8% a.a. acrescido da própria TJLP incidirá sobre o saldo devedor.

Incidirá ainda sobre a operação encargo por reserva de crédito de 0,1% sobre: (i) o saldo não utilizado de cada parcela do crédito a partir do dia de sua disponibilidade até a data de sua utilização; e (ii) o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da devedora, ou por iniciativa do BNDES.

O Contrato BNDES Sistema Alto do Tietê prevê as seguintes garantias: (i) penhor das ações das intervenientes controladoras, Iguá Saneamento e Galvão Engenharia S.A., na própria SPAT Saneamento; (ii) fiança da interveniente fiadora, Empresa Nacional de Participações S.A. – ENPAR (esta obrigação não existe mais dado o cumprimento das condições de liberação dessa garantia previstas em contrato); (iii) para o valor que exceder R\$250.000.000,00, apresentar carta fiança e (iv) contrato de suporte dos acionistas no caso de eventual descumprimento dos índices econômico-financeiros previstos em contrato. Em ambas as hipóteses, a responsabilidade assumida é solidária e envolve todas as obrigações até o final da liquidação deste contrato.

A SPAT obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3;
- Estoque de Dívida <= 3,5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento

Em 28 de julho de 2020, a Paranaguá Saneamento formalizou o “*Instrumento Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Paranaguá Saneamento S.A.*”, no valor total de R\$ 259,8 milhões.

As debêntures farão jus à remuneração fixa equivalente a IPCA + 6,10 ao ano.

O prazo de vencimento é de 10 anos contados da data de emissão, sendo o vencimento previsto para 15 de julho de 2030.

Os recursos obtidos com a oferta serão destinados para o projeto de saneamento básico no Município de Paranaguá, por meio da controlada Paranaguá Saneamento.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, o índice financeiro representado pelo quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser inferior ou igual (a) 4,75x durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022; (b) 3,75x durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e (c) 3,50x de 31 de dezembro de 2024 até o final da vigência do contrato. O não cumprimento dos indicadores acima, são hipóteses de vencimento antecipado do contrato.

Em 30 de setembro de 2020, o saldo desta emissão era R\$264,1 milhões.

1ª Emissão de Debêntures – Paranaguá Saneamento

Em 29 de agosto de 2017, a Paranaguá Saneamento formalizou instrumento particular de escritura da primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, conforme definido no 1º aditamento de 17 de outubro de 2017, no valor total de emissão de R\$ 138,8 milhões.

Em 3 de agosto de 2020, o saldo desta dívida foi liquidada no montante de R\$145,1 milhões.

Sobre o valor de principal incidem juros equivalentes a 100% da taxa de certificados de depósitos interbancários - CDI, acrescido de *spread* de 3,0% a.a.

O prazo de vencimento é de 96 meses contados da data de emissão, sendo vencimento previsto para 04 de setembro de 2025.

O contrato conta como garantia o aval prestado pela Igua Saneamento, a alienação fiduciária de 100% das ações da Emissora e cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora.

A Paranaguá Saneamento obrigou-se a manter, durante a vigência do contrato, os seguintes índices apurados anualmente nos demonstrativos financeiros consolidados, auditados por empresa de auditoria independente:

- Dívida Líquida/EBITDA em 2019: menor ou igual a 5,0x;
- Dívida Líquida/EBITDA em 2020: menor ou igual a 4,0x; e
- Dívida Líquida/EBITDA a partir de 2021: menor ou igual a 3,5x.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além dos contratos indicados acima, não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para a Companhia e suas controladas. A Companhia busca desenvolver relações comerciais estáveis com os principais agentes financeiros no mercado, visando desenvolver soluções

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

adequadas para as necessidades de serviços financeiros, além de possibilitar o acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de empréstimo e financiamento descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de incorporação, fusão ou cisão das companhias devedoras; (ii) de mudanças adversas na situação financeira das companhias devedoras; e (iii) de alteração de controle societário direto ou indireto das companhias devedoras. Em vista das restrições, tais eventos ficam condicionados à obtenção de *waiver* dos credores.

Nos contratos financeiros celebrados com o BNDES, estes poderão vencer antecipadamente se for comprovada: (i) a redução do quadro pessoal da Companhia sem atendimento a certos requisitos no contrato; (ii) a existência de sentença condenatória transitada em julgado, relativamente à prática de atos, por nós, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (iii) o não cumprimento de dispositivo que importe obrigações constantes no contrato ou (iv) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações do contrato.

Nos contratos com a Caixa Econômica Federal, as principais hipóteses que podem gerar um evento de vencimento antecipado automático são: (i) falsidade das declarações prestadas que prejudiquem a capacidade de pagamento; (ii) não pagamento de 3 (três) prestações mensais consecutivas; (iii) cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas no contrato, sem prévia e expressa aprovação; (iv) decretação de falência, deferimento de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou liquidação; (v) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento; (vi) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios, sem prévia autorização; (vii) rescisão do contrato de concessão; (viii) existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou judicial transitado em julgado que impeça a conclusão do projeto; (ix) a existência de sentença condenatória definitiva em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente; (x) descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do projeto, que provoque efeitos materiais adversos; e (xi) descumprimento de quaisquer obrigações previstas nos contratos referentes à constituição das garantias.

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia e suas controladas cumprem com todas as obrigações, índices financeiros e limites estabelecidos nos instrumentos de financiamento.

Para mais informações acerca de obrigações por nós assumidas em nossos contratos financeiros, ver item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Além disso, a legislação, que regula nossos contratos de concessão e parceria público privadas, bem como todos os nossos referidos contratos, veda a alienação de nosso controle acionário sem a prévia anuência do poder concedente ou do parceiro público, conforme o caso.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para maiores informações segue abaixo quadro com os *covenants* mencionados, os parâmetros exigidos pelos credores e os valores dos nossos contratos de empréstimo e financiamento:

Empresa	Credor	Contrato	Indicadores Financeiros				Limitação para Distribuição de Dividendos	Restrição para Alteração Controle
			Parâmetro	2019 Exigido / Performedo	2018 Exigido / Performedo	2017 Exigido / Performedo		
Paranaguá Saneamento	BNDES	09.2.0585.1	N.A.	-	-	-	Não	Sim
Paranaguá Saneamento	BNDES	12.2.0121.1	N.A.	-	-	-	Não	Sim
Paranaguá Saneamento	Mercado	2ª emissão Debêntures	N.A.	-	-	-	Apenas se inadimplente	Sim
SPAT Saneamento	BNDES	09.2.0032.1	ICSD	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	Apenas se inadimplente	Sim
				2,66	2,01	1,48		
			Margem Operacional	N.A.	N.A.	≥ 55%		
				N.A.	N.A.	56%		
			Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5	N.A.		
				1,13	1,98	N.A.		
Sanessol	BNDES	10.2.0370.1	N.A.	-	-	-	Não	Sim
Guaratinguetá	BNDES	11.2.1176.1	N.A.	-	-	-	Não	Sim
Águas Cuiabá	BNDES	14.2.0424.1	ICSD	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	Apenas se inadimplente	Sim
				1,4	2,92	80,44		
Águas Cuiabá	Mercado	2ª emissão Debêntures	N.A.	-	-	-	Apenas se inadimplente	Sim
Agreste Saneamento	Caixa	395171-14	ICSD	≥ 1,30	≥ 1,30	≥ 1,30	Apenas se inadimplente	Sim
				1,86	2,39	1,52		
Sanessol	BTG	CCB 270/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5	-	Apenas se inadimplente	Sim
				1,12	2,39	-		
			ICSD	> 1.1	> 1.1	-		
				1,63	125,65	-		
Pontes e Lacerda	BTG	CCB 274/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				0,29	0,88			
			ICSD	> 1.1	> 1.1			
				2,49	75,24			
Alta Floresta	BTG	CCB 275/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				0,47	1,36			
			ICSD	> 1.1	> 1.1			
				2,15	73,63			
Comodoro	BTG	CCB 273/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				0,45	1,85			
			ICSD	> 1.1	> 1.1			
				2,37	75,8			
Colider	BTG	CCB 271/18	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 3,5	≤ 3,5		Apenas se inadimplente	Sim
				0,68	1,7			
			ICSD	> 1.1	> 1.1			
				2,25	72,29			
Iguá Saneamento	Mercado	3ª emissão Debêntures	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 4,5	≤ 3,5	N.A.	Apenas se inadimplente	Sim
				3,7	1,98	N.A.		
Iguá Saneamento	Mercado	4ª emissão Debêntures	Dívida Líquida / Ebitda	≤ 4,5	N.A.	N.A.	Apenas se inadimplente	Sim
				3,7	N.A.	N.A.		
Iguá Saneamento	Mercado	5ª emissão Debêntures	N.A.	-	-	-	Apenas se inadimplente	Sim
Iguá Saneamento	ABC	CCB 7347020	N.A.	-	-	-	Não	Sim, em determinadas condições

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

As restrições que nos foram impostas nos contratos de empréstimos descritos acima estão sendo atendidas. Para maiores informações, segue abaixo quadro com os valores de utilização dos limites de crédito em 30 de setembro de 2020, que possuímos junto às instituições financeiras nas quais contratamos financiamentos:

Empresa	Credor	Contrato	Valor Contratado	Sub créditos	Valor Subcrédito	Valor Desembolsado	Índice e Taxa de juros (%)	Vencimento
Paranaguá Saneamento	BNDES	09.2.0585.1	25.551.967,52	C	6.934.294,21	6.902.443,43	TJLP + 1,4% a.a	nov/24
				D	6.934.294,21	6.902.443,43	TJLP + 1,4% + 1% a.a	nov/24
Paranaguá Saneamento	BNDES	12.2.0121.1	10.172.500,00	A	9.056.661,44	7.803.266,65	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
				B	668.635,69	639.603,48	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
				C	447.202,87	447.202,87	TJLP + 1,4% a.a	abr/22
SPAT Saneamento	BNDES	09.2.0032.1	275.000.000,00	A	271.016.461,93	271.016.461,93	TJLP + 2,8% a.a	jan/24
				B	3.983.538,07	3.983.538,07	TJLP + 2,8% a.a	jan/24
Sanessol	BNDES	10.2.0370.1	24.215.110,00	A1	4.531.062,60	4.531.062,60	TJLP + 1,4% a.a	mai/25
				A2	4.531.062,60	4.531.062,60	TJLP + 1,4% + 1% a.a	mai/25
Guaratinguetá	BNDES	11.2.1176.1	19.203.820,94	A	11.383.581,57	9.075.329,24	TJLP + 1,4% a.a	fev/27
				B	7.820.239,37		TJLP + 1,4% a.a	fev/27
Águas Cuiabá	BNDES	14.2.0424.1	327.535.000,00	A	260.539.000,00	254.009.506,64	TJLP + 3,39% a.a	set/32
				B	66.996.000,00	66.996.000,00	IPCA + NTN-B + 3,39% a.a	nov/31
Agreste Saneamento	Caixa	395171-14	146.807.379,57	Único	146.807.379,57	142.400.750,75	TR + 6% + 2% + 0,7% a.a	jul/35

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações a seguir apresentadas são derivadas das demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias elaboradas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 30 de setembro de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais	30/09/2020	AV%	31/12/2019	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	899.393	30,5%	529.163	21,0%	70,0%
Caixa e equivalente de caixa	533.894	18,1%	176.790	7,0%	202,0%
Outros investimentos	40.289	1,4%	44.762	1,8%	-10,0%
Depósitos bancários vinculados	34.205	1,2%	55.444	2,2%	-38,3%
Contas a receber e outros recebíveis	247.444	8,4%	205.438	8,1%	20,4%
Dividendos a receber	-	0,0%	1.037	0,0%	-100,0%
Estoques	8.826	0,3%	8.268	0,3%	6,7%
Impostos e contribuição a recuperar	25.401	0,9%	30.076	1,2%	-15,5%
Despesas antecipadas	9.334	0,3%	7.348	0,3%	27,0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.049.655	69,5%	1.993.615	79,0%	2,8%
Depósitos bancários vinculados	4.925	0,2%	20.136	0,8%	-75,5%
Contas a receber e outros recebíveis	684.554	23,2%	683.237	27,1%	0,2%
Dividendos a receber	2.070	0,1%	1.033	0,0%	100,4%
Depósitos judiciais	3.256	0,1%	5.298	0,2%	-38,5%
Impostos e contribuição a recuperar	15.240	0,5%	10.189	0,4%	49,6%
Despesas antecipadas	3.612	0,1%	535	0,0%	575,1%
Outros ativos financeiros	10.002	0,3%	9.375	0,4%	6,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	71.690	2,4%	63.955	2,5%	12,1%
Ativos de direito de uso	6.750	0,2%	7.973	0,3%	-15,3%
Investimentos	74.231	2,5%	70.862	2,8%	4,8%
Imobilizado	12.783	0,4%	13.199	0,5%	-3,2%
Intangível	1.119.864	38,0%	870.250	34,5%	28,7%
Ativos de contrato	40.678	1,4%	237.573	9,4%	-82,9%
TOTAL DO ATIVO	2.949.048		2.522.778		16,9%
Em milhares de reais	30/09/2020	AV%	31/12/2019	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	333.361	11,3%	375.748	14,9%	-11,3%
Fornecedores e outras contas a pagar	98.447	3,3%	100.949	4,0%	-2,5%
Empréstimos e financiamentos	111.432	3,8%	121.100	4,8%	-8,0%
Debêntures	39.311	1,3%	96.439	3,8%	-59,2%
Obrigações fiscais	30.688	1,0%	30.317	1,2%	1,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisões e encargos trabalhistas	32.835	1,1%	25.677	1,0%	27,9%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	69	0,0%	720	0,0%	-90,4%
Outras obrigações	18.061	0,6%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.518	0,1%	546	0,0%	361,2%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.784.564	60,5%	1.309.869	51,9%	36,2%
Fornecedores e outras contas a pagar	172	0,0%	-	0,0%	0,0%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	757	0,0%	544	0,0%	39,2%
Empréstimos e financiamentos	652.656	22,1%	670.359	26,6%	-2,6%
Debêntures	922.089	31,3%	450.262	17,8%	104,8%
Obrigações fiscais	73.673	2,5%	72.837	2,9%	1,1%
Imposto de renda e contribuição diferidos	121.221	4,1%	108.189	4,3%	12,0%
Pagamento baseado em ações	2.985	0,1%	1.267	0,1%	135,6%
Provisão para perdas em causas judiciais	6.903	0,2%	6.411	0,3%	7,7%
Provisão para perdas em investimentos	4.108	0,1%	-	0,0%	0,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	831.123	28,2%	837.161	33,2%	-0,7%
Capital social	842.107	28,6%	929.579	36,8%	-9,4%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	-	0,0%	26.893	1,1%	-100,0%
Reservas de capital	26.507	0,9%	6.173	0,2%	329,4%
Reservas reilexas	6.390	0,2%	6.519	0,3%	-2,0%
Ágio em transações de capital	(65.252)	-2,2%	(65.252)	-2,6%	0,0%
Lucros / (prejuízos) acumulados	15.803	0,5%	(76.165)	-3,0%	-120,7%
Participação de não controladores	5.568	0,2%	9.414	0,4%	-40,9%
TOTAL DO PASSIVO	2.949.048		2.522.778		16,9%

Ativo Circulante

O ativo circulante representava 30,5% do ativo total em 30 de setembro de 2020, contra 21,0% em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R\$370,2 milhões ou 70,0%, passando de R\$529,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$899,4 milhões em 30 de setembro de 2020. O aumento do ativo circulante ocorreu principalmente em função da emissão de debêntures e captação de empréstimos.

Caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados

Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados aumentaram 119,6%, passando de \$277,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$608,4 milhões em 30 de setembro de 2020, decorrente principalmente das emissões de debêntures e captação de empréstimos.

Contas a receber e outros recebíveis

Os saldos das contas a receber e outros recebíveis aumentou R\$42,0 milhões ou 20,4% passando de R\$205,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$247,4 milhões em 30 de setembro de 2020, decorrente principalmente do acordo de arbitragem a receber da SABESP na controlada SPAT Saneamento S.A.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante representava 69,5% do ativo total da Companhia em 30 de setembro de 2020, apresentando um aumento de 2,8% quando comparado a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$1.993,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$2.049,7 milhões em 30 de setembro de 2020. No ativo não circulante ocorreu aumento principalmente da aquisição de intangível.

Passivo Circulante

O passivo circulante representava 11,3% do total de passivo e do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2020, contra 14,9% em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R\$42,4 milhões ou 11,3%, passando de R\$375,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$333,4 milhões em 30 de setembro de 2020. A redução do passivo circulante ocorreu principalmente em função das liquidações de debêntures.

Empréstimo e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou redução de R\$9,7 milhões ou 8,0%, passando de R\$121,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$111,4 milhões em 30 de setembro de 2020, decorrente principalmente das liquidações de empréstimos e financiamentos.

Outras obrigações

O saldo de outras obrigações em 30 de setembro de 2020 foi de R\$18,1 milhões, devido a recompra do bônus de subscrição. Já em 31 de dezembro de 2019, não houve saldo nessa rubrica.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 representava 51,9% do total do passivo e do patrimônio líquido, contra 60,5% em 30 de setembro de 2020, apresentando um aumento de R\$474,7 milhões ou 36,2%, passando de R\$1.309,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.784,6 milhões em 30 de setembro de 2020. O aumento do passivo não circulante ocorreu principalmente em função da nova emissão de debêntures.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 representava 33,2% do total do passivo e do patrimônio líquido, apresentando uma redução de R\$6,0 milhões ou 0,7%, passando de R\$837,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$831,1 milhões em 30 de setembro de 2020. A variação do patrimônio líquido ocorreu principalmente em função do bônus de subscrição.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de dezembro 2019 comparado a 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto %	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	529.163	21,0%	556.947	25,4%	-5,0%
Caixa e equivalentes de caixa	176.790	7,0%	124.248	5,7%	42,3%
Outros ativos financeiros	44.762	1,8%	157.991	7,2%	-71,7%
Depósitos bancários vinculados	55.444	2,2%	19.916	0,9%	178,4%
Contas a receber e outros recebíveis	205.438	8,1%	225.964	10,3%	-9,1%
Dividendos e juros de capital próprio a receber	1.037	0,0%	1.033	0,0%	0,4%
Estoques	8.268	0,3%	6.270	0,3%	31,9%
Impostos e contribuições a recuperar	30.076	1,2%	19.878	0,9%	51,3%
Despesas antecipadas	7.348	0,3%	1.647	0,1%	346,1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.993.615	79,0%	1.633.257	74,6%	22,1%
Despesas antecipadas	535	0,0%	116	0,0%	361,2%
Outros ativos financeiros	9.375	0,4%	-	0,0%	n.a.
Depósitos bancários vinculados	20.136	0,8%	8.980	0,4%	124,2%
Contas a receber e outros recebíveis	683.237	27,1%	628.169	28,7%	8,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1.033	0,0%	-	0,0%	n.a.
Impostos e contribuições a recuperar	10.189	0,4%	10.705	0,5%	-4,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.955	2,5%	74.892	3,4%	-14,6%
Depósitos judiciais	5.298	0,2%	2.088	0,1%	153,7%
Investimentos	70.862	2,8%	44.068	2,0%	60,8%
Imobilizado	13.199	0,5%	12.425	0,6%	6,2%
Ativos de direito de uso	7.973	0,3%	-	0,0%	n.a.
Intangível	870.250	34,5%	792.365	36,2%	9,8%
Ativos de contrato	237.573	9,4%	59.449	2,7%	299,6%
TOTAL DO ATIVO	2.522.778	100,0%	2.190.204	100,0%	15,2%
Em milhares de reais, exceto %	Em 31/12/2019	AV%	Em 31/12/2018	AV%	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	375.748	14,9%	298.868	13,6%	25,7%
Fornecedores e outras contas a pagar	100.949	4,0%	78.314	3,6%	28,9%
Empréstimos e financiamentos	121.100	4,8%	131.503	6,0%	-7,9%
Debêntures	96.439	3,8%	34.060	1,6%	183,1%
Obrigações fiscais	30.317	1,2%	24.588	1,1%	23,3%
Provisões e encargos trabalhistas	25.677	1,0%	28.444	1,3%	-9,7%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	720	0,0%	943	0,0%	-23,6%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	546	0,0%	1.016	0,0%	-46,3%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.309.869	51,9%	1.245.074	56,8%	5,2%
Fornecedores e outras contas a pagar	-	0,0%	34.097	1,6%	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	670.359	26,6%	601.624	27,5%	11,4%
Debêntures	450.262	17,8%	430.195	19,6%	4,7%
Obrigações fiscais	72.837	2,9%	66.680	3,0%	9,2%
Imposto de renda e contribuição social diferido	108.189	4,3%	97.839	4,5%	10,6%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	544	0,0%	-	0,0%	n.a.
Pagamento baseado em ações	1.267	0,1%	1.343	0,1%	-5,7%
Provisão para perdas em causas judiciais	6.411	0,3%	6.757	0,3%	-5,1%
Provisão para perdas em investimentos	-	0,0%	6.539	0,3%	-100,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	837.161	33,2%	646.262	29,5%	29,5%
Capital social	929.579	36,8%	769.747	35,1%	20,8%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	26.893	1,1%	45.004	2,1%	-40,2%
Reservas de capital	6.173	0,2%	371	0,0%	1563,9%
Reservas reflexas	6.519	0,3%	4.643	0,2%	40,4%
Ágio em transações de capital	(65.252)	-2,6%	(65.252)	-3,0%	0,0%
Prejuízos acumulados	(76.165)	-3,0%	(116.850)	-5,3%	-34,8%
Participação de não controladores	9.414	0,4%	8.599	0,4%	9,5%
TOTAL DO PASSIVO	2.522.778	100,0%	2.190.204	100,0%	15,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

O ativo circulante representava 21,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2019, contra 25,4% em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de R\$27,7 milhões ou 5,0%, passando de R\$556,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$529,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. A redução do ativo circulante ocorreu, principalmente em função da variação de caixa, devido a entrada de empréstimo de debêntures no primeiro semestre de 2019.

Caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados

Os saldos das contas caixa e equivalente de caixa, outros ativos financeiros e depósitos bancários vinculados diminuíram 8,3%, passando de R\$302,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$277,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. A redução de R\$ 25,2 milhões se deve substancialmente na aquisição de intangível e ativos de contratos de R\$ 316,9 milhões, pagamento de empréstimos e financiamento de R\$124,4 milhões e em contrapartida o aumento de capital de R\$ 136,3 milhões e captação de empréstimos e financiamentos de R\$ 293,6 milhões.

Contas a receber e outros recebíveis

Os saldos das contas a receber e outros recebíveis reduziram R\$20,6 milhões ou 9,1% passando de R\$226,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$205,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação do contas a receber está diretamente relacionado a movimentação do ativo financeiro circulante e não circulante, principalmente na controlada SPAT Saneamento S.A.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante representava 79,0% do ativo total da Companhia em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de 22,1% no comparativo entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, passando de R\$1.633,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$1.993,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento do ativo não circulante ocorreu principalmente em função do aumento do ativo intangível e ativos de contratos que compreende os investimentos realizados pela Companhia em seus contratos de concessão, principalmente nas controladas Águas Cuiabá S.A. e Paranaguá Saneamento S.A.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou R\$26,8 milhões ou 60,8%, passando de R\$44,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$70,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação se deu principalmente no resultado da equivalência patrimonial na ordem de R\$13,6 milhões.

Intangível e ativos de contrato

O saldo da conta de intangível e ativos de contratos aumentou R\$256,0 milhões ou 30,1%, passando de R\$851,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$1.107,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento do ativo intangível e ativos de contratos compreende os investimentos realizados pela Companhia em seus contratos de concessão, principalmente nas controladas Águas Cuiabá S.A. e Paranaguá Saneamento S.A.

Passivo Circulante

O passivo circulante representava 14,9% do total de passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, contra 13,6% em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de R\$76,9 milhões ou 25,7%, passando de R\$298,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$375,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento do passivo circulante ocorreu, principalmente em função do aumento das debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimo, financiamentos e debêntures

O saldo das rubricas de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentou aumento de R\$52,0 milhões ou 31,4%, passando de R\$165,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$217,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrências de novas captações e as obrigações a serem amortizadas em 2020.

Obrigações fiscais

O saldo das obrigações fiscais aumentou R\$5,7 milhões ou 23,3%, passando de R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$30,3 milhões em 31 de dezembro 2019. A variação se deu principalmente de obrigações de parcelamentos de PIS e COFINS aderido pela controlada Águas Cuiabá S.A.

Provisões e encargos trabalhistas

O saldo das provisões e encargos trabalhistas diminuiu R\$2,7 milhões ou 9,7%, passando de R\$28,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$25,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação está relacionada diretamente com a redução da provisão do bônus variável aos executivos da companhia.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 representava 56,8% do total do passivo e do patrimônio líquido, contra 51,9% em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R\$64,8 milhões ou 5,2%, passando de R\$1.245,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.309,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento do passivo não circulante ocorreu principalmente em função de captação de empréstimos e financiamentos e na emissão de debêntures no primeiro semestre de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 representava 33,2% do total do passivo e do patrimônio líquido, apresentando um aumento de R\$190,9 milhões ou 29,5%, passando de R\$646,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$837,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação do patrimônio líquido ocorreu, principalmente em função do aumento de capital realizado no primeiro semestre de 2019 e do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 comparado a 31 de dezembro de 2017

<i>Em milhares de reais, exceto %</i>	Em 31/12/2018	AV%	Em 31/12/2017	AV%	AH%
ATIVO CIRCULANTE	556.947	25,4%	357.374	19,8%	55,8%
Caixa e equivalentes de caixa	124.248	5,7%	27.830	1,5%	346,5%
Outros investimentos	157.991	7,2%	105.901	5,9%	49,2%
Depósitos bancários vinculados	19.916	0,9%	-	-	n.a.
Contas a receber e outros recebíveis	225.964	10,3%	195.413	10,8%	15,6%
Dividendos a receber	1.033	0,0%	-	-	n.a.
Estoques	6.270	0,3%	6.015	0,3%	4,2%
Impostos e contribuições a recuperar	19.878	0,9%	19.956	1,1%	-0,4%
Despesas antecipadas	1.647	0,1%	2.259	0,1%	-27,1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.633.257	74,6%	1.450.916	80,2%	12,6%
Despesas antecipadas	116	0,0%	-	0,0%	n.a.
Depósitos bancários vinculados	8.980	0,4%	9.642	0,5%	-6,9%
Contas a receber e outros recebíveis	628.169	28,7%	650.511	36,0%	-3,4%
Dividendos a receber	-	0,0%	1.299	0,1%	n.a.
Depósitos judiciais	2.088	0,1%	2.268	0,1%	-7,9%
Impostos e contribuições a recuperar	10.705	0,5%	13.574	0,8%	-21,1%
Imposto de renda e contribuição social diário	74.892	3,4%	60.444	3,3%	23,9%
Investimentos	44.068	2,0%	24.721	1,4%	78,3%
Imobilizado	12.425	0,6%	11.247	0,6%	10,5%
Intangível	792.365	36,2%	677.210	37,5%	17,0%
Ativos de contrato	59.449	2,7%	-	-	n.a.
TOTAL DO ATIVO	2.190.204	100,0%	1.808.290	100,0%	21,1%
<i>Em milhares de reais, exceto %</i>					
PASSIVO CIRCULANTE	298.868	13,6%	131.809	7,3%	126,7%
Fornecedores e outras contas a pagar	78.314	3,6%	45.711	2,5%	71,3%
Empréstimos e financiamentos	131.503	6,0%	43.524	2,4%	202,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures	34.060	1,6%	-	0,0%	n.a.
Obrigações fiscais	24.588	1,1%	17.775	1,0%	38,3%
Provisões e encargos trabalhistas	28.444	1,3%	23.546	1,3%	20,8%
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	943	0,0%	732	0,0%	28,8%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.016	0,0%	521	0,0%	95,0%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.245.074	56,8%	1.224.035	67,7%	1,7%
Fornecedores e outras contas a pagar	34.097	1,6%	5	0,0%	n.a.
Empréstimos e financiamentos	601.624	27,5%	683.515	37,8%	-12,0%
Debêntures	430.195	19,6%	385.619	21,3%	11,6%
Obrigações fiscais	66.680	3,0%	62.620	3,5%	6,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.839	4,5%	83.483	4,6%	17,2%
Pagamento baseado em ações	1.343	0,1%	-	0,0%	n.a.
Provisão para perdas em causas judiciais	6.757	0,3%	8.365	0,5%	-19,2%
Provisão para perdas em investimentos	6.539	0,3%	428	0,0%	1427,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	646.262	29,5%	452.446	25,0%	42,8%
Capital social	789.070	36,0%	539.070	29,8%	46,4%
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	45.004	2,1%	42.071	2,3%	7,0%
Custo de transação	(19.323)	-0,9%	(7.590)	-0,4%	154,6%
Reservas de capital	371	0,0%	-	-	n.a.
Reservas reflexas	4.643	0,2%	2.411	0,1%	92,6%
Ágio em transações de capital	(65.252)	-3,0%	-	-	n.a.
Prejuízos acumulados	(116.850)	-5,3%	(126.371)	-7,0%	-7,5%
Participação de não controladores	8.599	0,4%	2.855	0,2%	201,2%
TOTAL DO PASSIVO	2.190.204	100,0%	1.808.290	100,0%	21,1%

Ativo Circulante

O ativo circulante representou, em 31 de dezembro de 2018, 25,4% do ativo total, contra 19,8% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$357,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$556,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 55,8% em 31 de dezembro de 2018, se comparado ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao aumento de R\$168,4 milhões do saldo de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos e depósitos bancários vinculados em 31 de dezembro de 2018, que passou de R\$133,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$302,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, o aumento do ativo circulante ocorreu, principalmente em função da entrada de numerário de caixa após aporte de capital realizado pelos acionistas Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no ano de 2018.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante representou, em 31 de dezembro de 2018, 74,6% do ativo total, contra 80,2% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$1.450,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.633,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 12,6% em 31 de dezembro de 2018, se comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento do ativo não circulante ocorreu principalmente em função do aumento do intangível, que representa as obras necessárias ao cumprimento dos nossos contratos de concessão, principalmente nas controladas Águas Cuiabá S.A. e Paranaguá Saneamento S.A.

Passivo Circulante

O passivo circulante representava, em 31 de dezembro de 2018, 13,6% do total do passivo e do patrimônio líquido contra 7,3% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$131,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$298,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 126,7% em 31 de dezembro de 2018, se comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento do passivo circulante ocorreu principalmente em função da captação de empréstimos e emissão de debêntures ocorridas no ano de 2018, tivemos também aumento significativo na conta fornecedores e outras contas a pagar uma vez que essa conta reflete as contratações e compras necessárias para os investimentos realizados em nossas operações.

Passivo não Circulante

O passivo não circulante representou, em 31 de dezembro de 2018, 56,8% do total passivo e do patrimônio líquido, contra 67,7% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$1.224,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.245,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 1,7% em 31 de dezembro de 2018, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O aumento do passivo não circulante ocorreu principalmente em função da emissão de debêntures no ano de 2018 e o aumento da conta fornecedores e outras contas a pagar uma vez que essa conta reflete as contratações e compras necessárias para os investimentos realizados em nossas operações.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido representou, em 31 de dezembro de 2018, 29,5% do total do passivo e patrimônio líquido, contra 25,0% em 31 de dezembro de 2017, passando de R\$452,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$646,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 42,8% em 31 de dezembro de 2018, se comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento do patrimônio líquido ocorreu, principalmente em função do aporte de capital pelos acionistas no ano de 2018 e do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A tabela a seguir apresenta as principais variações no fluxo de caixa durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019 e durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, conforme indicado abaixo:

(Em milhares de reais)	Período de nove meses encerrado em		Exercício social encerrado em		
	30/09/2020	30/09/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	73.954	10.022	21.877	150.808	64.270
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(66.627)	(322.092)	(279.239)	(312.242)	(155.028)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	349.777	333.256	309.904	257.852	65.682
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	357.104	21.186	52.542	96.418	(25.076)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	176.790	124.248	124.248	27.830	52.906
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	533.894	145.434	176.790	124.248	27.830

Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais aumentou R\$63,9 milhões, passando de R\$10,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, para R\$74,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, sendo que as principais variações no período ocorreram na redução dos pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures devido as postergações pelo COVID 19.

O caixa líquido das atividades operacionais reduziu R\$128,9 milhões, passando de R\$150,8 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2018, para R\$21,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo que as principais variações no período foram (i) melhora no resultado operacional; e (ii) maior pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

O caixa líquido das atividades operacionais aumentou R\$86,5 milhões, passando de R\$64,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, para R\$150,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que as principais variações no período foram (i) o aumento do contas a receber e outros recebíveis, devido ao aumento da receita líquida no período decorrente principalmente do aumento dos volumes faturados em decorrência da expansão de nossas operações, e (ii) aumento no grupo de fornecedores e outras contas a pagar, devido a renegociação e aumento dos prazos nos pagamentos dos nossos fornecedores.

Fluxo de caixa aplicado nas das atividades de investimentos

O fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R\$66,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$322,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando uma redução de R\$255,5 milhões, sendo que a principal variação neste período foi a menor aquisições de ativo intangível e ativos de contrato, postergados devido a COVID 19.

No ano de 2019 o caixa líquido usado nas atividades de investimentos foi de R\$279,2 milhões, redução de 11,8%, ou seja R\$33,0 milhões, em comparação com o ano de 2018, que foi de R\$312,2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões, tendo como principal variação a diminuição no ativo intangível, devido a redução na quantidade de obras realizadas em nossas operações.

No ano de 2018 o caixa líquido usado nas atividades de investimentos foi de R\$312,2 milhões, aumento de 101,4%, ou seja R\$157,2 milhões, em comparação com o ano de 2017, que foi de R\$155,0 milhões, tendo como principal variação o aumento no ativo intangível, devido o aumento na quantidade de obras realizadas em nossas operações para atendimento ao contratos de concessão e melhora no atendimento aos clientes.

Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R\$349,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos de R\$333,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um aumento de R\$16,5 milhões, sendo que as principais variações no período foram as novas captações de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

No ano de 2019 o caixa líquido usado nas atividades de financiamentos foi de R\$309,9 milhões, aumento de R\$52,1 milhões, em comparação com o ano de 2018, que gerou caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$257,9 milhões, sendo que a principal variação foi o aumento de captação de empréstimos e financiamentos.

No ano de 2018 o caixa líquido usado nas atividades de financiamentos foi de R\$257,9 milhões, aumento de R\$192,2 milhões, em comparação com o ano de 2017, que gerou caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$65,7 milhões, sendo que a principal variação foi o aumento de capital de R\$250,4 milhões referente a novos aportes de acionistas na Companhia.

Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa

Em decorrência dos fatores acima descritos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$335,9 milhões, tendo registrado R\$357,1 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a um aumento de R\$21,2 milhões em 30 de setembro de 2019.

Em decorrência dos fatores acima descritos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R\$43,9 milhões, tendo registrado uma geração de R\$52,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$96,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 e aumento de R\$121,5 milhões, tendo registrado uma geração de R\$96,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma redução de R\$25,1 milhões em 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado Operacional e Financeiro

(a) resultados das operações do emissor, em especial

No período findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional líquida da Companhia comparada a 30 de setembro de 2019 apresentou uma redução de R\$104,6 milhões, representando decréscimo de 15,6%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento de R\$153,5 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2018, representando incremento de 20,6%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida da Companhia apresentou um aumento de R\$170,8 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2017, representando incremento de 29,7%.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são compostas preponderantemente do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, no âmbito de seus contratos de concessão. Além disso, no âmbito das suas parcerias público-privadas, a Companhia recebe repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Em função das características do mercado onde a Companhia atua, suas receitas possuem alto grau de previsibilidade, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em suas receitas operacionais, conforme mencionado no item “b” abaixo.

A receita de construção é reflexo do volume de obras definidos pelos nossos contratos e varia, principalmente, pelo estágio de maturação de cada contrato e de acordo com as suas especificidades.

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais têm sido impactados positivamente em função da mudança no perfil da administração, ocorrido em agosto de 2017, que busca incessantemente a otimização dos recursos, que envolve desde centralização e padronização da cadeia de suprimentos, utilização de tecnologias inovadoras nas operações, programas de redução de custos e capacitação de profissionais, além do maior grau de maturidade adquirido pelas operações.

Além disso, tivemos aumento significativo nos custos de construção, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que registrou um aumento de R\$133,1 milhões, comparativamente ao mesmo período de 2018, representando incremento de 29,8%.

Comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os custos de construção apresentaram um aumento de R\$184,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O resultado operacional do período findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período findo em 30 de setembro de 2019, representou uma melhora de R\$20,3 milhões, representando 8,5%, decorrente principalmente da redução nos custos de construção do período.

As informações a seguir apresentadas são derivadas das demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias elaboradas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam “análise horizontal” e “análise vertical”, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As variações ao resultado da Companhia estão comparando o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto %	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				
	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Receita operacional líquida	564.252	100,0%	668.863	100,0%	-15,6%
Custo dos serviços prestados	(305.805)	-54,2%	(430.757)	-64,4%	-29,0%
Lucro bruto	258.447	45,8%	238.106	35,6%	8,5%
Despesas operacionais	(127.306)	-22,6%	(102.562)	-15,3%	24,1%
Despesas comerciais	(24.690)	-4,4%	(5.695)	-0,9%	333,5%
Despesas administrativas e gerais	(107.774)	-19,1%	(100.170)	-15,0%	7,6%
Outras receitas (despesas), líquidas	1.788	0,3%	(807)	-0,1%	100,0%
Equivalência patrimonial	3.370	0,6%	4.110	0,6%	-18,0%
Resultado antes do resultado financeiro, líquido	131.141	23,2%	135.544	20,3%	-3,2%
Receitas financeiras	16.740	3,0%	23.415	3,5%	-28,5%
Despesas financeiras	107.691	-19,1%	(108.023)	-16,2%	-0,3%
Resultado financeiro líquido	(90.951)	-16,1%	(84.608)	-12,6%	7,5%
Lucro operacional antes dos tributos	40.190	7,1%	50.936	7,6%	-21,1%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.146)	-3,2%	(16.929)	-2,5%	7,2%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.297)	-0,9%	(12.456)	-1,9%	-57,5%
Lucro líquido do período	16.747	3,0%	21.551	3,2%	-22,3%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia reduziu 15,6% (R\$104,6 milhões) quando comparado com 2019, alcançando o valor de R\$564,2 milhões no período findo em 30 de setembro de 2020 contra R\$668,9 milhões no período findo em 30 de setembro de 2019, tendo em vista que em 30 de setembro de 2020 a receita de construção apresentou retração devido a redução das obras.

Custo dos serviços prestados

A linha de custos dos serviços prestados, excluindo os custos de construção, teve aumento de R\$14,7 milhões, acréscimo de 8,9% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, impactado pelo aumento da depreciação e amortização e materiais auxiliares.

Por outro lado, o total dos custos dos serviços prestados apresentou queda de 29,0%, ou R\$125,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, resultado da redução dos custos de construção devido ao menor investimentos no período. Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:

Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$)	Período de nove meses findo em 30 de setembro				
	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Custo de construção	(125.644)	41,1%	(265.264)	61,6%	-52,6%
Energia elétrica	(38.867)	12,7%	(35.145)	8,2%	10,6%
Despesas com pessoal	(33.037)	10,8%	(34.557)	8,0%	-4,4%
Depreciação e amortização	(40.155)	13,1%	(34.127)	7,9%	17,7%
Serviços de terceiros	(27.878)	9,1%	(26.421)	6,1%	5,5%
Outorga e taxas de fiscalização	(22.438)	7,3%	(22.505)	5,2%	-0,3%
Materiais auxiliares	(10.404)	3,4%	(7.855)	1,8%	32,5%
Materiais diretos	(4.312)	1,4%	(5.106)	1,2%	-15,6%
Outros custos	(3.981)	1,3%	(3.801)	0,9%	4,7%
Provisão para perda do valor recuperável	-	0,0%	-	0,0%	100,0%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(2.244)	0,7%	(2.519)	0,6%	-10,9%
Créditos de PIS e COFINS	3.155	-1,0%	6.543	-1,5%	-51,8%
Total	(305.805)	100,0%	(430.757)	100,0%	-29,0%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou 8,5%, ou R\$20,3 milhões, passando de R\$238,1 milhões no período findo em 30 de setembro de 2020, para R\$258,4 milhões no período findo em 30 de setembro de 2020, reflexo da redução nos custos de construção. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro bruto representou 45,8% em relação a receita operacional líquida, contra 35,6% no mesmo período de 2019.

Despesas comerciais, administrativas e gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais da Companhia tiveram um crescimento de R\$25,6 milhões, representou 25,1% no período findo em 30 de setembro de 2020 quando comparado com o mesmo período de 2019, passando de R\$105,9 milhões no período findo em 30 de setembro de 2019 para R\$132,5 milhões no período findo em 30 de setembro de 2020, principalmente devido ao reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa. No período findo em 30 de setembro de 2020, as despesas comerciais, administrativas e gerais representaram 23,5% em relação a receita operacional líquida, contra 15,8% em 2019. Abaixo quadro descritivo das despesas:

Despesas operacionais (em milhares de R\$)	Período de nove meses findo em 30 de setembro				
	2020	AV%	2019	AV%	AH%
Serviços de terceiros	(29.301)	22,1%	(26.235)	24,8%	11,7%
Despesa com pessoal	(52.088)	39,3%	(44.613)	42,1%	16,8%
Outras despesas	(22.108)	16,7%	(25.306)	23,9%	-12,6%
Depreciação e amortização	(12.828)	9,7%	(12.253)	11,6%	4,7%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(33)	0,0%	(17)	0,0%	94,1%
Materiais	(187)	0,1%	(243)	0,2%	-23,0%
Energia elétrica	(176)	0,1%	(352)	0,3%	-50,0%
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(15.743)	11,9%	3.154	-3,0%	-599,1%
Total	(132.464)	100,0%	(105.865)	100,0%	25,1%

Resultado financeiro, líquido

O saldo do resultado financeiro, líquido passou de uma despesa financeira líquida de R\$84,6 milhões no período findo em 30 de setembro de 2019 para uma despesa financeira líquida de R\$91,0 milhões no período findo em 30 de setembro de 2020, resultando em um aumento de R6,4 milhões, provenientes principalmente pelo menor juros de receita financeira no período.

Receitas financeiras (em milhares de R\$)	Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2020	2019
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	780	1.563
Juros sobre contas a receber de cliente	7.419	7.039
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	6.534	12.177
Receitas de operações com partes relacionadas	557	828
Descontos obtidos	271	1.157
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	377	348
Outras	802	303
Total	16.740	23.415
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(90.991)	(89.392)
Outras	(6.762)	(6.880)
Imposto sobre operações financeiras	(103)	(3.300)
Comissões e despesas bancárias	(9.459)	(8.373)
Despesas de operações com partes relacionadas	(376)	(78)
Total	(107.691)	(108.023)
Resultado financeiro, líquido	(90.951)	(84.608)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Lucro operacional antes dos tributos

O lucro operacional antes dos tributos da Companhia passou de R\$50,9 milhões no período findo em 30 de setembro de 2019 para R\$40,2 milhões no período findo em 30 de setembro de 2020 devido aos fatores acima.

Imposto de renda e contribuição social

No período findo em 30 de setembro de 2020, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos totalizaram R\$23,4 milhões e no mesmo período de 2019 totalizaram R\$29,4 milhões, decorrente do menor lucro operacional do período.

Lucro líquido do período

O lucro líquido apurado no período findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$16,7 milhões, enquanto que, no mesmo período de 2019, o lucro líquido no período foi de R\$21,6 milhões. No período findo em 30 de setembro de 2020, o lucro líquido representou 3,0% em relação a receita operacional líquida, contra 3,2% no mesmo período de 2019.

As variações ao resultado da Companhia estão comparando o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro 2018

Em milhares de reais, exceto %	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
Receita operacional líquida	898.502	100,0%	744.954	100,0%	20,6%
Custo dos serviços prestados	(580.295)	-64,6%	(447.169)	-60,0%	29,8%
Lucro bruto	318.207	35,4%	297.785	40,0%	6,9%
Despesas operacionais	(125.729)	-14,0%	(136.172)	-18,3%	-7,7%
Despesas comerciais	(10.528)	-1,2%	(15.583)	-2,1%	-32,4%
Despesas administrativas e gerais	(127.729)	-14,2%	(120.614)	-16,2%	5,9%
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.103)	-0,1%	813	0,1%	-235,7%
Equivalência patrimonial	13.631	1,5%	(788)	-0,1%	-1829,8%
Resultado antes do resultado financeiro, líquido	192.478	21,4%	161.613	21,7%	19,1%
Receitas financeiras	31.003	3,5%	22.034	3,0%	40,7%
Despesas financeiras	(146.671)	-16,3%	(142.116)	-19,1%	3,2%
Resultado financeiro líquido	(115.668)	-12,9%	(120.082)	-16,1%	-3,7%
Lucro operacional antes dos tributos	76.810	8,5%	41.531	5,6%	84,9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(20.689)	-2,3%	(15.621)	-2,1%	32,4%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(11.397)	-1,3%	(8.141)	-1,1%	40,0%
Lucro líquido do exercício	44.724	5,0%	17.769	2,4%	151,7%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia cresceu 20,6% ou R\$153,5 milhões quando comparado com 2018, alcançando o valor de R\$898,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 contra R\$745,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2018.

A receita de serviços de água, serviços de esgoto e outros serviços relacionados (receita de saneamento e outros serviços) é o escopo principal de nossas operações. A nossa receita bruta dos referidos serviços corresponde a 58,6% da nossa receita operacional líquida em 2019. A receita de construção, reflexo do volume de obras em nossos contratos, apresentou forte crescimento de 43,5% em 2019, ou R\$139,6 milhões, traduzindo a intensificação de investimentos em nossas operações destacada na controlada Águas de Cuiabá S.A. Importante ressaltar que a receita de construção reflete a aplicação de norma IFRIC12 (ICPC 01 – R1) de nossas parcerias público-privadas.

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de concessão pública. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A receita do ativo financeiro está incluída no valor de construção.

Dentre os fatores principais que contribuíram para esse crescimento estão:

- Águas Cuiabá: O aumento de R\$ 13,5 milhões na receita de Saneamento e Outros Serviços em 2019 é reflexo, principalmente, do aumento de 10,7 mil novas economias de água e 15,0 mil novas economias de esgoto; e
- Paranaguá: Aumento de R\$ 12,3 milhões na receita de Saneamento e Outros Serviços, motivado pelo aumento de 8,2 mil novas economias de esgoto.

Custo dos serviços prestados

A linha de Custos e Despesas, excluindo os Custos de Construção, teve redução de R\$ 13,5 milhões, queda de 4% em 2019, em relação a 2018, resultado do intenso trabalho de gestão e foco em produtividade e eficiência da companhia. Por outro lado, o total dos Custos de Despesas apresentou aumento de 29,8%, ou R\$ 133,1 milhões em 2019, em relação a 2018, resultado do aumento de R\$ 124,8 milhões nos Custos de Construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, se comparado ao exercício anterior, em decorrência da aceleração dos investimentos, principalmente nas controladas Águas de Cuiabá S.A. e Paranaguá Saneamento S.A. Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:

Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
Custo de construção	(355.212)	61,2%	(230.402)	51,5%	54,2%
Energia elétrica	(45.811)	7,9%	(42.569)	9,5%	7,6%
Despesas com pessoal	(45.639)	7,9%	(52.354)	11,7%	-12,8%
Depreciação e amortização	(46.159)	8,0%	(39.124)	8,7%	18,0%
Serviços de terceiros	(36.357)	6,3%	(34.261)	7,7%	6,1%
Outorga e taxas de fiscalização	(29.585)	5,1%	(28.104)	6,3%	5,3%
Materiais auxiliares	(11.193)	1,9%	(10.049)	2,2%	11,4%
Materiais diretos	(6.359)	1,1%	(5.137)	1,1%	23,8%
Outros custos	(4.991)	0,9%	(5.256)	1,2%	-5,0%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(3.552)	0,6%	(2.691)	0,6%	32,0%
Créditos de PIS e COFINS	4.563	-0,8%	2.778	-0,6%	64,3%
Total	(580.295)	100,0%	(447.169)	100,0%	29,8%

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia aumentou 6,9%, ou R\$20,4 milhões, passando de R\$297,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$318,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reflexo das melhorias em nossa receita de saneamento decorrente de um maior número de economias (clientes) e otimização dos custos operacionais da Companhia ocorridos durante o ano de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto representou 35,4% em relação a receita operacional líquida, contra 40,0% no mesmo período de 2018.

Despesas comerciais, administrativas e gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais da Companhia tiveram um crescimento de 1,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado com o mesmo período de 2018, passando de R\$ 136,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 138,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2019, devido às variações com o aumento na contratação de consultorias jurídicas decorrentes de processos ou demandas não contenciosas e operacionais para apoiar nossas operações, a reclassificação das despesas com o CEI (Centro de Excelência Iguaçu) da rubrica de serviços de terceiros para a rubrica despesa com pessoal e o aumento na depreciação e amortização devido a intensificação do investimento em obras em nossas operações para atendimento aos nossos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais, administrativas e gerais representaram 15,4% em relação a receita operacional líquida, contra 18,3% em 2018. Abaixo quadro descritivo das despesas:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas comerciais, administrativas e gerais (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
Serviços de terceiros	(32.730)	23,7%	(45.409)	33,3%	-27,9%
Despesa com pessoal	(57.179)	41,4%	(42.316)	31,1%	35,1%
Outras despesas	(22.166)	16,0%	(21.298)	15,6%	4,1%
Depreciação e amortização	(16.359)	11,8%	(12.020)	8,8%	36,1%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(29)	0,0%	(9)	0,0%	222,2%
Materiais	(285)	0,2%	(383)	0,3%	-25,6%
Energia elétrica	(393)	0,3%	(362)	0,3%	8,6%
Seguro garantia, fianças, patrimoniais e outros	(2.168)	1,6%	(2.802)	2,1%	-22,6%
Despesas com comunicação/marketing	(2.825)	2,0%	(3.761)	2,8%	-24,9%
Despesas com processos judiciais	(5.950)	4,3%	(3.779)	2,8%	57,4%
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	1.827	-1,3%	(4.058)	3,0%	-145,0%
Total	(138.257)	100,0%	(136.197)	100,0%	1,5%

Resultado financeiro, líquido

O saldo do resultado financeiro, líquido passou de uma despesa financeira líquida de R\$120,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa financeira líquida de R\$115,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As receitas provenientes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados registraram um aumento de R\$4,4 milhões, resultado de manutenção de caixa mais elevado e melhora na remuneração das aplicações financeiras da Companhia.

Receitas financeiras (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	2.033	565
Juros sobre contas a receber de cliente	9.607	8.851
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	15.896	10.949
Receitas de operações com partes relacionadas	1.113	448
Descontos obtidos	1.160	1.109
Outras	1.194	112
Total	31.003	22.034
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(118.196)	(111.276)
Outras	(13.983)	(17.039)
Imposto sobre operações financeiras	(3.554)	(1.194)
Comissões e despesas bancárias	(10.032)	(12.492)
Despesas de operações com partes relacionadas	(906)	(115)
Total	(146.671)	(142.116)
Resultado financeiro, líquido	(115.668)	(120.082)

Lucro operacional antes dos tributos

O lucro operacional antes dos tributos da Companhia passou de R\$41,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$76,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 devido aos fatores acima.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos totalizaram R\$32,1 milhões e no exercício de 2018 totalizaram R\$23,8 milhões.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$44,7 milhões, enquanto que, no mesmo período de 2018, o lucro líquido do exercício foi de R\$17,8 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido do exercício representou 5,0% em relação a receita operacional líquida, contra 2,4% no mesmo período de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As variações ao resultado da Companhia estão comparando o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto %	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
Receita operacional líquida	744.954	100,0%	574.184	100,0%	29,7%
Custo dos serviços prestados	(447.169)	-60,0%	(254.681)	-44,4%	75,6%
Lucro bruto	297.785	40,0%	319.503	55,6%	-6,8%
Receitas (despesas) operacionais	(135.384)	-18,3%	(142.598)	-24,8%	-5,0%
Despesas comerciais	(15.583)	-2,1%	(19.768)	-3,4%	-21,2%
Despesas administrativas e gerais	(120.614)	-16,2%	(122.875)	-21,4%	-1,8%
Outras receitas	1.351	0,1%	299	0,1%	171,9%
Outras despesas	(538)	-0,1%	(254)	0,0%	210,2%
Resultado antes do resultado financeiro, líquido	162.401	21,7%	176.905	30,8%	-8,6%
Receitas financeiras	22.034	3,0%	27.814	4,8%	-20,8%
Despesas financeiras	(142.116)	-19,1%	(145.472)	-25,3%	-2,3%
Resultado financeiro líquido	(120.082)	-16,1%	(117.658)	-20,5%	2,1%
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	-	0%	14.347	2,5%	-100,0%
Lucro operacional antes dos tributos	41.531	5,6%	73.594	12,8%	-43,6%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(15.621)	-2,1%	(8.362)	-1,5%	86,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.141)	-1,1%	(34.979)	-6,1%	-76,7%
Lucro líquido do período	17.769	2,4%	30.253	5,3%	-41,3%

Receita operacional líquida

Em comparação com dezembro de 2017, a receita operacional líquida cresceu 29,7%, ou R\$170,8 milhões, passando de R\$574,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$745,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A receita de saneamento e serviços é a métrica que apresenta o faturamento relacionado ao escopo principal de nossas operações e, por isso, reflete melhor o desempenho do nosso negócio. O crescimento da receita bruta de saneamento e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 5,7%, ou R\$27,5 milhões, passando de R\$481,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$508,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Dentre os fatores principais que contribuíram para esse crescimento da receita de saneamento e serviços estão:

(i) Águas Cuiabá: O aumento de R\$16,5 milhões na receita bruta de saneamento e serviços em 2018 é reflexo, principalmente, do aumento de 5,4 mil novas economias de água e 6,2 mil novas economias de esgoto, que impactam diretamente o volume faturado;

(ii) Aumentos tarifários aplicados no período em determinados contratos de concessão assinados pelas concessionárias da Companhia;

(iii) A receita bruta de construção, reflexo do volume de obras em nossos contratos, apresentou crescimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de 93,5%, ou de R\$117,6 milhões, passando de R\$125,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$243,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O aumento justifica-se pela retomada e aumento no ritmo dos investimentos em nossas operações, com destaque para:

- Águas Cuiabá: a operação apresentou um aumento de R\$108,8 milhões na receita bruta de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A controlada iniciou a implantação do Sistema Sul de abastecimento de água, com contratações e fabricação da nova Estação de Tratamento de Água (ETA), e intensificou as obras para atender as metas contratuais; e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Paranaguá Saneamento: para o atendimento de metas contratuais, a operação intensificou seus investimentos e obras. Além disso, antecipou investimentos que trazem receita de maneira rápida e consequentemente apresentam retorno atrativo, resultando em um aumento de R\$33,2 milhões na receita bruta de construção no exercício findo em 31 de dezembro 2018 quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Cumprе ressaltar que a receita de construção ocorre nas subsidiárias da Iguá Saneamento S.A. em decorrência da aplicação da norma IFRIC12 (ICPC 01 – R1).

Custos dos Serviços Prestados

Os custos de serviços prestados tiveram um aumento de 75,6%, passando de R\$254,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$447,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é principalmente atribuível ao aumento do custo de construção da Companhia, um aumento de 170,3% em relação a 2017, passando de R\$88,2 milhões em 2017 para R\$230,4 milhões em 2018, em razão do aumento no volume de investimentos nos contratos de concessão e PPPs da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os custos de serviços prestados representaram 60,0% em relação a receita operacional líquida, contra 44,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Além do aumento do custo de construção, outra variação significativa foi a que se refere à reversão da provisão para perdas por redução ao valor recuperável registrada no exercício de 2016 e revertida em 2017, em função da reestruturação da Companhia e entrada do novo acionista. A partir deste fato, a expectativa de perda desses ativos não se concretizou, o que possibilitou a recuperação deste custo em 2017.

Abaixo segue quadro comparativo por grupo de custos:

Custos dos serviços prestados (em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
Custo de construção	(230.402)	51,5%	(88.161)	34,6%	161,3%
Energia elétrica	(42.569)	9,5%	(34.686)	13,6%	22,7%
Despesas com pessoal	(52.354)	11,7%	(52.279)	20,5%	0,1%
Depreciação e amortização	(39.124)	8,7%	(37.138)	14,6%	5,3%
Serviços de terceiros	(34.261)	7,7%	(36.277)	14,2%	-5,6%
Outorga e taxas de fiscalização	(28.104)	6,3%	(24.832)	9,8%	13,2%
Materiais auxiliares	(10.049)	2,2%	(11.109)	4,4%	-9,5%
Materiais diretos	(5.137)	1,1%	(5.308)	2,1%	-3,2%
Outros custos	(5.256)	1,2%	(5.971)	2,3%	-12,0%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(2.691)	0,6%	(3.447)	1,4%	-21,9%
Créditos de PIS e COFINS	2.778	-0,6%	12.842	-5,0%	-78,4%
Reversão de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	0,0%	31.685	-12,5%	-100,0%
Total	(447.169)	100,0%	(254.681)	100,0%	75,6%

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia diminuiu 4,4% ou R\$13,8 milhões, passando de R\$319,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$297,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reflexo do aumento no custo de construção da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto representou 40,0% em relação a receita operacional líquida, contra 55,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Despesas comerciais, administrativas e gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais da Companhia tiveram um decréscimo de 4,5% quando comparado 2017 com 2018, passando de R\$142,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$136,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido à redução nas despesas com pessoal, devido a redução de headcount e aumento dos serviços de terceiros devido a contratações de serviços jurídicos e consultorias.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas comerciais, administrativas e gerais representam 18,3% em relação a receita operacional líquida, contra 24,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Abaixo quadro descritivo das despesas:

Despesas comerciais, administrativas e gerais (em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
Serviços contratados	(45.409)	33,3%	(39.549)	27,7%	14,8%
Despesa com pessoal	(42.316)	31,1%	(53.395)	37,4%	-20,8%
Outras despesas	(31.132)	22,9%	(37.149)	26,0%	-16,2%
Depreciação e amortização	(12.020)	8,8%	(11.955)	8,4%	0,5%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(432)	0,3%	-	0,0%	100,0%
Materiais	(383)	0,3%	-	0,0%	100,0%
Energia elétrica	(447)	0,3%	-	0,0%	100,0%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.058)	3,0%	(595)	0,5%	582,0%
Total	(136.197)	100,0%	(142.643)	100,0%	-4,5%

Resultado financeiro líquido

As despesas financeiras líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$120,1 milhões e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$117,7 milhões. As receitas provenientes de juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados registraram um aumento de R\$3,7 milhões, decorrente de um caixa mais elevado, bem como melhores condições nos retornos das aplicações financeiras da Companhia em 2018.

Receitas financeiras (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	565	8.907
Juros sobre contas a receber de cliente	8.851	7.855
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	10.949	7.201
Receitas de operações com partes relacionadas	448	2.891
Descontos obtidos	1.109	936
Outras	112	24
Total	22.034	27.814
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(111.276)	(127.487)
Outras	(30.725)	(13.981)
Juros sobre atualização de impostos a recolher	-	(46)
Variação de instrumento financeiro derivativo	-	(3.835)
Despesas de operações com partes relacionadas	(115)	(123)
Total	(142.116)	(145.472)
Resultado financeiro, líquido	(120.082)	(117.658)

Lucro operacional antes dos tributos

O lucro operacional antes dos tributos da Companhia passou de R\$73,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$41,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado antes dos impostos representaram 5,6% em relação a receita operacional líquida, contra 12,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 devido aos fatores acima.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social correntes totalizaram R\$15,6 milhões e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$8,4 milhões, as principais variações, foram decorrentes dos ajustes de equivalência patrimonial, subvenção governamentais e os custo de transação na emissão de ações, estes fatores contribuíram para o aumento no valor do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, devido ao aumento da taxa efetiva do imposto corrente que passou de 11% para 38%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado do exercício

O resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi um lucro líquido de R\$17,8 milhões, enquanto que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido foi de R\$30,3 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido do exercício representou 2,4% em relação a receita operacional líquida, contra 5,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por conta das explicações acima.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia são oriundas do recebimento das tarifas pagas pelos usuários, em função da sua prestação de serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento esgoto, no âmbito dos contratos de concessão da Companhia. Além disso, no âmbito de suas parcerias público-privadas, a Companhia recebeu repasse das tarifas pagas pelos consumidores finais às empresas públicas das quais a Companhia é parceira. Tanto as tarifas quanto os repasses obedecem a critérios de reajustes anuais, que acompanham a inflação ou refletem a composição dos custos e despesas da Companhia, de acordo com índices de reajuste mais relevantes. Na hipótese de ocorrência de eventos extraordinários, a Companhia possui a prerrogativa de pleitear perante o poder concedente ou parceiro público o reequilíbrio contratual, de modo a restabelecer a rentabilidade originalmente prevista em cada um de seus contratos de concessão e/ou parceria público-privada.

Abaixo a receita líquida das concessões com os volumes faturados e nas PPP's com o % de reajuste aplicado em cada período.

(em R\$ milhares)	Período de nove meses findo em				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/09/2020		30/09/2019		2019		2018		2017	
	R\$	Volume m3	R\$	Volume m3	R\$	Volume m3	R\$	Volume m3	R\$	Volume m3
Serviços Água	215.761	63.598	210.065	60.459	283.430	81.250	261.236	78.708	246.378	76.647
Serviços Esgoto	101.142	36.995	86.686	30.114	119.562	48.651	102.585	44.389	95.247	43.356
Outros	56.130	N/A	198.830	N/A	260.603	N/A	173.845	N/A	14.118	N/A
Concessões	373.033	100.593	495.581	90.573	663.595	129.901	537.666	123.097	355.743	120.003

(em R\$ milhares)	Período de nove meses findo em				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/09/2020		30/09/2019		2019		2018		2017	
	R\$	Reajuste %	R\$	Reajuste %	R\$	Reajuste %	R\$	Reajuste %	R\$	Reajuste %
Serviços Água	22.833	-	18.110	-	26.096	-	40.326	-	33.929	-
Serviços Esgoto	6.877	-	7.220	-	9.245	-	10.076	-	12.070	-
Outros	160.527	N/A	146.975	N/A	198.234	N/A	157.738	N/A	157.827	N/A
PPP	190.237	-	172.305	-	233.575	-	208.140	-	203.826	-

As alterações de volume das receitas da Companhia ocorrem, preponderantemente, por meio de novas concessões e parcerias público-privadas, seja concorrendo em licitações, seja adquirindo participação societária em concessionárias. De 2017 até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não foi vencedora de quaisquer leilões referentes a novos contratos, e tampouco houve a aquisição de participação em uma nova concessão ou parceria público-privada.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional tem impacto significativo dos reajustes tarifários de energia elétrica determinado pelas concessionárias em cada estado, sendo que essa rubrica representa, em média, 10% dos custos dos serviços prestados nos períodos mencionados no item 10.1.h. Os gastos com pessoal são impactados pelos reajustes anuais de dissídio e os contratos com fornecedores de serviços e de materiais também são reajustados em percentuais que não são superiores a inflação em cada período.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No resultado financeiro, considerando que parcela significativa da estrutura de capital da Companhia é composta por capital de terceiros, o cenário atual de queda nas taxas de juros impacta positivamente as despesas financeiras da Companhia. Os contratos e financiamentos da Companhia utilizam como taxa de juros índices tais como o IGP-M, IPCA, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras intermediárias. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/09/2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	506.420	CDI	3,67	18.586	4,59	23.245	5,51	27.904
Outros investimentos	50.291	CDI	3,66	1.841	4,58	2.303	5,49	2.761
Depósitos bancários vinculados	38.985	CDI	3,56	1.388	4,45	1.735	5,34	2.082
Empréstimos - partes relacionadas	10.754	CDI	4,25	457	5,31	571	6,38	686
Recebíveis de contratos de concessão	862.256	IPCA	2,12	18.280	2,65	22.850	3,18	27.420
Recebíveis de arbitragem SABESP	23.421	IPC	1,12	262	1,40	328	1,68	393
Total	1.492.127			40.814		51.032		61.246
Passivos financeiros								
BNDES – partes relacionadas	(426.381)	TJLP	4,91	(20.935)	6,14	(26.180)	7,37	(31.424)
Cédula de crédito	(60.804)	CDI	3,54	(2.152)	4,43	(2.694)	5,31	(3.229)
Empréstimos - partes relacionadas	(3.763)	CDI	4,25	(160)	5,31	(200)	6,38	(240)
Debêntures	(144.651)	CDI	3,54	(5.121)	4,43	(6.408)	5,31	(7.681)
Debêntures	(894.975)	IPCA	2,12	(18.973)	2,65	(23.717)	3,18	(28.460)
Total	(1.530.574)			(47.341)		(59.199)		(71.034)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(6.527)		(8.167)		(9.788)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(1.640)		(3.261)

Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 30/09/2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	506.420	CDI	3,67	18.586	2,75	13.927	1,83	9.267
Outros investimentos	50.291	CDI	3,66	1.841	2,74	1.378	1,83	920
Depósitos bancários vinculados	38.985	CDI	3,56	1.388	2,67	1.041	1,78	694
Empréstimos - partes relacionadas	10.754	CDI	4,25	457	3,19	343	2,12	228
Recebíveis de contratos de concessão	862.256	IPCA	2,12	18.280	1,59	13.710	1,06	9.140
Recebíveis de contratos de concessão	23.421	IPC	1,12	262	0,84	197	0,56	131
Total	1.492.127			40.814		30.596		20.380
Passivos financeiros								
BNDES – partes relacionadas	(426.381)	TJLP	4,91	(20.935)	3,68	(15.691)	2,45	(10.446)
Cédula de crédito	(60.804)	CDI	3,54	(2.152)	2,65	(1.611)	1,77	(1.076)
Empréstimos - partes relacionadas	(3.763)	CDI	4,25	(160)	3,19	(120)	2,12	(80)

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Debêntures	(144.651)	CDI	3,54	(5.121)	2,65	(3.831)	1,77	(2.560)
Debêntures	(894.975)	IPCA	2,12	(18.973)	1,59	(14.230)	1,06	(9.484)
Total	(1.530.574)			(47.341)		(35.483)		(23.646)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(6.527)		(4.887)		(3.266)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						1.640		3.261

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Ademais, nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente não possuímos dívidas ou qualquer outra operação relevante em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com Efeitos Relevantes, Ocorridos e Esperados, nas Demonstrações Financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 17 de novembro de 2016, foi celebrado Acordo de Investimento para a reestruturação da nossa dívida financeira. O acordo estabeleceu a repactuação das dívidas dos diversos credores e a entrada de novo investidor que fez aporte de R\$ 70 milhões no novo fundo de investimentos em participações, controlado pela IG4 Water.

Em 19 de julho de 2017, após o cumprimento de todas as condições do Acordo de Investimentos, a Galvão Participações S.A. (antiga controladora da Companhia) transferiu suas ações para o Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o fundo passou ao controle da companhia.

Em 20 de julho de 2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando a subscrição e a integralização de 68.169.768 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, por parte do Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP IGUÁ"), que passou a deter 108.958.689 ações, representando 84,2% do capital social. O BNDES Participações S.A., ("BNDESPAR") manteve a mesma quantidade de ações (20.477.816 ações), tendo sua participação diluída a 15,8% do capital social. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a modificação da denominação social da companhia para Iguá Saneamento S.A.

Após a reestruturação, demos início a um novo modelo de negócio e governança. Foi estabelecido um plano com 16 iniciativas estratégicas desenvolvidas em 2017.

Em outubro de 2018, como resultado do cumprimento das ações previstas no Acordo de Investimento assinado no dia 30 de julho de 2018 entre a Companhia, FIP IGUÁ, nosso atual acionista controlador, IG4 Water e uma afiliada do AIMCo, foi concluída pela AIMCo uma transação que envolveu aporte de até R\$ 400 milhões de reais na Companhia, conforme fato relevante publicado em 31 de outubro de 2018. Os recursos estão sendo destinados aos investimentos para cumprimentos de metas contratuais e à busca por novas oportunidades no setor de saneamento em todo o país. A operação contribuiu também para o fortalecimento da nossa estrutura de capital através de aporte de capital primário, que trouxe melhora dos índices de liquidez e alavancagem e proporciona maior capacidade, agilidade e flexibilidade para a realização de investimentos, além de colaborar para o aprimoramento da governança corporativa da Companhia, uma vez que trouxe para o quadro societário da Companhia um investidor com perfil qualificado.

Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia adquiriu as quotas emitidas pela sociedade PCT Participações Ltda., acionista minoritária que detinha 20% (vinte por cento) de participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda. Consequentemente, a Companhia passou a deter 100% (cem por cento) de participação nas referidas controladas. O valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores foram ajustados para refletir as mudanças nas relativas participações.

Em virtude da Companhia controlar o acionista minoritário (resultado da aquisição das quotas da PCT Participações Ltda.) das controladoras indicadas no parágrafo anterior, para tais investidas não há participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme ata de Assembleia Geral, realizada em 18 de dezembro de 2018, foram emitidas 17.166.398 ações ordinárias nominativas na controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, sem valor nominal ao preço de emissão total de R\$17.166 mil, subscritas e integralizadas pela Companhia, mediante renúncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Consequentemente, as participações societárias foram diluídas e a Companhia passou a deter 81,79% e a PCT Participações Ltda. passou a deter 18,21% do capital social da referida controlada.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(c) eventos ou operações não usuais

Não praticamos operações ou eventos não usuais nos 3 últimos exercícios sociais, bem como no exercício social vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis – Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Nós, os diretores da Companhia, informamos que no ano de 2019 e 2018, houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas. Desta forma, com exceção das alterações aqui listadas, as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Os anos anteriores à adoção não foram retrospectivamente modificados, de forma que as demonstrações financeiras anteriores às alterações não são comparáveis.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, equivalente à norma internacional IFRS 15 - estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a CPC 17 - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9 - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual impactou as demonstrações financeiras. As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas adotaram novas normas em 1º de janeiro de 2019 a qual impactou as demonstrações financeiras. As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção dessas normas, foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2019.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar a nova norma CPC 06 (equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases), que trata basicamente da classificação de contratos de leasing e aluguel. De acordo com referida norma, caso arrendatário possua o direito de controlar o uso do ativo e recebe substancialmente seus benefícios econômicos, seu registro deve ser equivalente ao de uma compra a prazo e seu valor deve ser registrado como ativo permanente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais nas demonstrações financeiras consolidadas, relativos ao saldo de abertura em 1º de janeiro de 2019:

Consolidado (valores em milhares de R\$)	Impactos referente adoção do IFRS IFRS16/CPC 06 (R2)
Ativos de direito de uso	8.953
Total do ativo não circulante	8.953
Arrendamento mercantil	3.921
Total do passivo circulante	3.921
Arrendamento mercantil	5.032
Total do passivo não circulante	5.032
Total do passivo	8.953

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos decorrentes da adoção da nova norma contábil – CPC 06 (R1), encontra-se demonstrado no quadro abaixo:

	Antes adoção	Impactos	Após adoção
Ativos de direito de uso	-	8.953	8.953
Total do ativo não circulante	-	8.953	8.953
Arrendamento mercantil	-	3.921	3.921
Total do passivo circulante	-	3.921	3.921
Arrendamento mercantil	-	5.032	5.032
Total do passivo não circulante	-	5.032	5.032
Total do passivo	-	8.953	8.953

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram emitidos sem quaisquer ressalvas ou ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Entendemos que as práticas contábeis críticas são aquelas que caso alterada, acarretariam alterações contábil relevante.

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- Consolidação de entidades: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma coligada; e
- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações liquidadas financeiramente, requer a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação e que o passivo seja remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, conforme programa implantado no de 2019.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos se referem a Companhia e a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia e estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia em relação ao último exercício social e ao período corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens relevantes que não sejam registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

(a) Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ilustrando a capacidade e o comprometimento da Companhia com suas metas contratuais, os investimentos em intangível e ativo de contrato registraram um aumento significativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, chegando a R\$314,1 milhões e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 chegando a R\$101,1 milhões.

Os investimentos previstos ou em andamento são baseados nas metas estabelecidas em contratos de concessão e PPPs das operações da Companhia, suas controladas e controle compartilhado.

Entendemos que obras e melhorias para o saneamento básico são o caminho para proporcionar à população mais saúde, qualidade de vida e sustentabilidade.

A seguir o detalhamento dos investimentos em água, esgoto, outros e obras em andamento (água e esgoto) para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(em milhares de R\$)	Período de nove meses findo em		Exercício social findo em		
Investimentos	30/09/2020	30/09/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Água	27.491	31.737	50.445	77.320	36.606
Esgoto	21.890	28.009	47.528	56.065	11.891
Outros	1.640	11.018	13.840	22.889	20.377
Obras em Andamento (Água e Esgoto)	67.312	201.414	261.588	129.154	20.462
Total	118.333	272.178	373.401	285.428	89.336

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os investimentos em intangível e ativo de contrato totalizaram R\$314,1 milhões e no período findo em 30 de setembro de 2020 totalizaram R\$101,1 milhões. Destacam-se como principais investimentos no período:

Águas Cuiabá:

- Investimentos realizados para modernização, reativação da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) da Prainha e para melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Dom Aquino. Com os investimentos, o Rio Cuiabá deixa de receber cerca de duas toneladas de carga poluidora por dia em seu leito.
- Inauguração da EEE Tijucal, que bombeará o esgoto coletado de aproximadamente 15 (quinze) bairros para a estação de tratamento de esgoto, retirando 1,5 tonelada de carga orgânica do Rio Coxipó.

Tubarão Saneamento:

- Aumento nos investimentos para a implantação do Sistema de Esgoto, ETE Figueira.

Atibaia Saneamento:

- Investimentos realizados na ampliação e modernização na ETE Estoril. A ampliação do sistema de esgoto beneficiará 83 mil moradores da cidade bem como o meio ambiente.
- ETE Caetetuba, que atenderá 25 (vinte e cinco) novos bairros no município.

Paranaguá Saneamento:

- Investimentos em esgoto para a finalização da 2ª (segunda) etapa do Sistema Cominese de esgotamento sanitário.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Sanessol:

- Inauguração da ETE Fartura, considerada uma das mais modernas estações de tratamento de esgoto. Com a entrega, a cidade alcança a universalização do serviço e torna-se referência no cenário nacional.

Por fim, nosso plano de negócios prevê a realização de investimentos para realização de novos negócios, seja por meio de aquisições (M&A) ou celebração de contratos de concessão ou parcerias público privada.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas tem contratadas as principais linhas de crédito apresentadas no item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência.

As fontes de financiamento dos novos investimentos descritos acima serão: (i) o capital próprio, oriundo da geração de caixa operacional e da destinação dos recursos a serem captados na parcela primária da oferta pública inicial de ações (IPO) que a Companhia pretende realizar; e (ii) capital de terceiros, oriundo da parcela ainda não utilizada dos financiamentos listados no item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência, além de eventuais novas captações com instituições financeiras e/ou operações de emissão de instrumentos de dívida de longo prazo no mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos 3 (três) últimos exercícios sociais, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolveu nem mantém em desenvolvimento novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Impactos da COVID-19 para as Atividades da Companhia e suas Controladas e Medidas Tomadas

Apesar de a situação atual ser altamente incerta, avaliamos continuamente o impacto da pandemia de COVID-19 em nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, bem como quaisquer impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

As nossas informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 não refletem completamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez. Na data deste Formulário de Referência, não é possível mensurar a completa extensão dos impactos da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, tampouco é possível assegurar que não haverá impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia.

Não obstante, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, assim como até a presente data, além do incremento nas inadimplências que levou ao reconhecimento de despesa de R\$15,7 milhões de provisão para perdas com liquidação duvidosa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (comparado com uma reversão de R\$3,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), não houve descontinuidade ou diminuição significativa no curso normal dos negócios da Companhia, redução significativa das receitas dos negócios da Companhia, nem qualquer falha no cumprimento de pagamento dos acordos já firmados com os nossos clientes. Também não tivemos alterações em decorrência da pandemia do COVID-19 nos contratos das PPPs firmados com o Poder Público.

A Administração da Companhia entende que se a duração da curva de contágio da pandemia decorrente da COVID-19 se prolongar no tempo deverá haver uma desaceleração natural da economia no Brasil, assim poderemos eventualmente ser procurados por nossos clientes para renegociação de dívidas, o que poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia, com possível aumento de inadimplência, e a possibilidade de ter seus ativos imobilizados ociosos e sem a devida liquidez, reflexos que poderão também impactar nossa receita, o resultado das nossas operações, os nossos negócios e a nossa condição financeira, fluxo de caixa e endividamento. No entanto, não houve, até a data deste Formulário de Referência, impacto material de tais eventos, tampouco quaisquer outras mudanças materiais que poderiam acarretar a perda dos nossos clientes e, conseqüentemente, impactar negativamente nossa receita.

Apesar de a situação atual ser altamente incerta, avaliamos continuamente o impacto da pandemia de COVID-19 em nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, bem como quaisquer impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Diante dessa realidade, implementamos um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de nossos colaboradores e parceiros, além de garantir a segurança e a continuidade das nossas operações, que são consideradas atividades essenciais.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Este plano compreende, entre outros:

- suspensão das viagens corporativas;
- adoção do trabalho remoto para os funcionários administrativos, com fechamento temporário dos escritórios;
- adoção do trabalho remoto mandatório para funcionários no grupo de risco
- adoção do rodízio das equipes de campo;
- provisionamento dos equipamentos de proteção individual em quantidade necessária para às necessidades de nossos funcionários;
- direcionamento dos clientes aos canais de atendimento remotos (*Call Center*, Aplicativo Digilguá, Whatsapp, *webchat*); e
- fechamento temporários dos pontos de atendimento presencial aos clientes.

Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19, a nossa Companhia e sua controlada Paranaguá Saneamento realizaram captações junto a instituições financeiras e/ou emissões de debêntures.

Para mais informações relacionadas sobre riscos relacionados à COVID-19 e possíveis impactos na Companhia, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.